

058828

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

Pelo presente instrumento,



VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 154, CEP 61.939-906, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.875.156/0001-19, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 - Grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s), na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário");

VENTOS DE SANTA JOANA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 166, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.023.213/0001-67, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE I");

VENTOS DE SANTA JOANA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 167, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.818/0001-33, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE II");

VENTOS DE SANTA JOANA VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 168, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.356/0001-54, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE III");

VENTOS DE SANTA JOANA XIV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 169, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob



o nº 19.023.513/0001-46, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE IV");

VENTOS DE SANTO ONOFRE I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 170, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.138/0001-10, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE V");



VENTOS DE SANTO ONOFRE II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 171, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.974/0001-02, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE VI");

VENTOS DE SANTO ONOFRE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 172, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.023.342/0001-55, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE VII" e, em conjunto com SPE I, SPE II, SPE III, SPE IV, SPE V e SPE VI, simplesmente "SPEs");

SALUS - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento constituído sob a forma de fundo fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.910.984/0001-12, administrado pelo Banco Petra S.A., instituição financeira, com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, neste ato representado por seus representantes legais devidamente autorizados ("Salus FIP");

VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 124, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.712.607/0001-34, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santo Onofre" e, em conjunto com Salus FIP, "Acionistas");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as SPEs e os Acionistas designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.



Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se "Dia(s) Útil(eis)" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES



1.1. Autorização da Emissão, da Constituição e do Compartilhamento das Garantias pela Emissora

- 1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 14 de setembro de 2015, conforme rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 06 de novembro de 2015 ("AGEs da Emissora"), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidos na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (b) a outorga, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.18 abaixo: (b.1) do penhor de ações de emissão das SPEs de titularidade da Emissora e (b.2) da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Emissora (na qualidade de cessionária por força dos contratos de cessão de direitos creditórios celebrados com as SPEs em 2 de janeiro de 2015) sobre todos os direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito decorrentes dos CERs (conforme definido no item (iv) da Cláusula 4.15.1 abaixo) e das Contas Controladas (conforme abaixo definido); e (c) a autorização à Diretoria da Emissora a adotar todos e quaisquer atos e a assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações das AGEs da Emissora, especialmente para realização da Oferta Restrita e da Emissão, incluindo esta Escritura de Emissão e seus aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela Diretoria da Emissora para a implementação da Oferta Restrita, da Emissão e da constituição das garantias necessárias.
- 1.1.2. A contratação das Fianças Bancárias, conforme termo definido na Cláusula 4.16.2 abaixo, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 23 de março de 2015, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC") em 01 de abril de 2015, sob o nº 20150415028.



Handwritten signature and initials in blue ink.

1.2. Autorização da Constituição e Compartilhamento das Garantias pelas SPEs e pelos Acionistas

- 1.2.1. As Fianças (conforme definidas na Cláusula 4.16.1 abaixo), as Garantias Reais (conforme definidas na Cláusula 4.15.1 abaixo), com exceção do penhor de ações de emissão das SPEs e da Emissora, em regime de compartilhamento, conforme previsto na Cláusula 4.18 abaixo, bem como a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, descritas na Cláusula 6.2 abaixo, foram aprovadas pelas SPEs conforme deliberações tomadas nas Reuniões de Diretorias realizadas por cada uma das SPEs em 06 de novembro de 2015 ("Reuniões de Diretoria das SPEs").
- 1.2.2. O penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e de propriedade do Salus FIP e da Santo Onofre, bem como a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão descritas na Cláusula 6.3 abaixo, em especial a de efetivar os aportes de recursos na Emissora (conforme alíneas (a) e (c) da Cláusula 6.3.1 abaixo), foram aprovados com base na deliberação da: (i) assembleia geral de cotistas do Salus FIP, realizada em 06 de novembro de 2015 ("AGC Salus FIP"); e (ii) reunião de diretoria da Santo Onofre, realizada em 06 de novembro de 2015 ("RD Santo Onofre").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e desta Escritura de Emissão ("Oferta Restrita"), deverá observar os seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários da Emissora

- 2.1.1. Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, as atas das AGEs da Emissora serão arquivadas na JUCEC e publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal "O Estado" ("Jornais de Publicação").
- 2.1.2. As atas dos atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivadas e publicadas e que, eventualmente, venham a ser realizados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivadas na JUCEC, bem como serão publicadas nos Jornais de Publicação.



2.2. Arquivamento na Junta Comercial, Publicação e Registro no Cartório de Títulos e Documentos dos Atos Societários das SPEs e dos Acionistas

2.2.1. As atas das Reuniões de Diretoria das SPEs e da RD Santo Onofre serão arquivadas perante a JUCEC e publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal "Estado".

2.2.2. A ata da AGC Salus FIP será registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e divulgada na página da rede mundial de computadores da CVM.

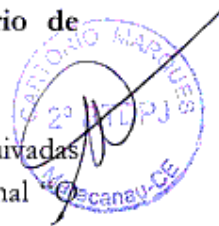
2.3. Inscrição da Escritura de Emissão e averbamento de seus eventuais aditamentos na Junta Comercial

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita e seus eventuais aditamentos serão averbados na JUCEC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivadas na JUCEC em até 5 (cinco) dias após a respectiva inscrição ou o respectivo averbamento.

2.4. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários, com esforços restritos, não sendo objeto de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM, exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta Restrita e a comunicação de seu encerramento à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente, da Instrução CVM 476.

2.4.2. Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de



diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.5. Registro das Garantias

- 2.5.1. Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude das Fianças avençadas na Cláusula 4.16.1 abaixo, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, obter o registro da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento, conforme o caso, perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade Curitiba, Estado do Paraná. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventual aditamento em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.
- 2.5.2. Os Contratos de Garantia (conforme definido no item (vi) da Cláusula 4.15.1 abaixo) e o Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido na Cláusula 4.18.1 abaixo), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a estes contratos, serão celebrados e levados a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis, conforme indicado nos respectivos instrumentos, sendo certo que: (a) no caso dos Contratos de Garantia, incluindo respectivos aditamentos, (i) que devam ser registrados em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, os mesmos serão registrados no prazo de até 20 (vinte) dias contados da respectiva celebração ou até a Data de Subscrição, o que ocorrer primeiro, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro, 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado em pelo menos um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, além de vias autenticadas evidenciando o registro nos demais Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e (ii) no caso dos Contratos de Garantia, incluindo respectivos aditamentos, que devam ser levados a registro em Cartório de Registro de Imóveis, os mesmos serão apresentados a registro no prazo de até 10 (dez) dias contados da respectiva data de celebração e registrados até a Data de Subscrição devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro, 1 (uma) via original do respectivo instrumento devidamente registrado em pelo menos um dos Cartórios de Registro de Imóveis competentes, além de vias autenticadas evidenciando o registro nos demais Cartórios de Registro de Imóveis; e (b) no caso do Contrato de Compartilhamento de Garantias, incluindo respectivos aditamentos, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, da via assinada do referido instrumento, ou até a Data de Subscrição, o que ocorrer primeiro, devendo ser fornecida ao Agente Fiduciário, dentro de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do registro, 1 (uma) via original do



respectivo instrumento devidamente registrado em pelo menos um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documento competentes, além de vias autenticadas evidenciando o registro nos demais Cartórios de Registro de Títulos e Documentos.



- 2.5.3. Os penhores que vierem a ser constituídos por meio do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações das SPEs (conforme definidos nos itens (i) e (ii) da Cláusula 4.15.1 abaixo, respectivamente) serão averbados nos respectivos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora e das SPEs e/ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, caso as ações da Emissora e das SPEs venham a se tornar escriturais, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, nos termos do artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura dos respectivos contratos, observado o disposto na Cláusula 4.15.2 abaixo.

2.5.3.1. A Emissora e as SPEs entregarão ao Agente Fiduciário cópias autenticadas dos “Livros de Registro de Ações Nominativas” da Emissora e das SPEs e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, caso as ações da Emissora e das SPEs venham a se tornar escriturais, evidenciando a referida averbação, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações.

- 2.5.4. As Fianças Bancárias (conforme definidas na Cláusula 4.16.2 abaixo), assim como quaisquer aditamentos subsequentes a tal documento, serão celebradas e levadas a registro nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do domicílio das instituições financeiras emissoras da Fiança Bancária e do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, no prazo de até 20 (vinte) dias contado da data de emissão das Fianças Bancárias. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original das Fianças Bancárias em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.

2.6. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

- 2.6.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP; e



Handwritten blue ink marks, including a large 'N' and a signature, located at the bottom right of the page.

(c) custódia eletrônica na CETIP.

2.6.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.6.4 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados a partir da data de cada subscrição ou aquisição pelos Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e depois do cumprimento pela Emissora do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.7. Enquadramento do Projeto

2.7.1. A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431") e do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido na Cláusula 3.8.1 abaixo) como projeto prioritário pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), por meio das seguintes Portarias do MME: (i) 488, de 12 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 15 de setembro de 2014; (ii) 510, de 22 de setembro de 2014, publicada no DOU em 23 de setembro de 2014; (iii) 519, de 29 de setembro de 2014, publicada no DOU em 30 de setembro de 2014; (iv) 511, de 22 de setembro de 2014, publicada no DOU em 23 de setembro de 2014; (v) 503, de 19 de setembro de 2014, publicada no DOU em 22 de setembro de 2014; (vi) 509, de 22 de setembro de 2014, publicada no DOU em 23 de setembro de 2014; e (vii) 508, de 22 de setembro de 2014, publicada no DOU em 23 de setembro de 2014 (em conjunto, "Portarias").

CLÁUSULA III

OBJETO SOCIAL DA EMISSORA E CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de (a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco, (b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital, (c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

058828



3.2. Número da Emissão

- 3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Data de Emissão

- 3.3.1. Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de setembro de 2015 ("Data de Emissão").

3.4. Número de Séries

- 3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Valor Total da Emissão

- 3.5.1. O valor total da Emissão é de R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão").

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, em regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição financeira intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP Investimentos") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, quando em conjunto com o Coordenador Líder e com a XP Investimentos, "Coordenadores", nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, em Regime de Garantia Firme de Colocação, das Debêntures da 1ª (Primeira) Emissão da Ventos de São Tito Holding S.A.", celebrado entre a Emissora e os Coordenadores em 13 de outubro de 2015 ("Contrato de Distribuição"). Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures.
- 3.6.2. Nos termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores organizarão o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, para verificação, junto aos Investidores Profissionais, da demanda pelas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"), de forma a definir a alocação final das Debêntures entre os investidores.
- 3.6.3. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os

Coordenadores poderão acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, em conformidade com o artigo 3º da Instrução CVM 476.

- 3.6.4. Nos termos da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada inclusive pela Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014 (“Instrução CVM nº 539” e “Instrução CVM nº 554”, respectivamente), e para fins da Oferta Restrita, serão considerados:

- (a) “Investidores Profissionais”: (i) instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor profissional mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-A da Instrução CVM nº 539; (v) fundos de investimento; (vi) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM; (vii) agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) investidores não residentes; e
- (b) “Investidores Qualificados”: (i) Investidores Profissionais; (ii) pessoas naturais ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo 9-B da Instrução CVM nº 539; (iii) as pessoas naturais que tenham sido aprovadas em exames de qualificação técnica ou possuam certificações aprovadas pela CVM como requisitos para o registro de agentes autônomos de investimento, administradores de carteira, analistas e consultores de valores mobiliários, em relação a seus recursos próprios; e (iv) clubes de investimento, desde que tenham a carteira gerida por um ou mais cotistas, que sejam investidores qualificados.

- 3.6.4.1. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

- 3.6.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os



N

F

Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Profissionais que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Profissionais nesse período.



- 3.6.6. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, o Investidor Profissional assinará declaração atestando, conforme aplicável, e dentre outros: (i) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro suficiente para que não lhe sejam aplicáveis um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas aos demais investidores; (ii) ser capaz de entender e ponderar os riscos financeiros relacionados à aplicação de seus recursos em valores mobiliários que só podem ser adquiridos por Investidores Profissionais; (iii) possuir investimentos financeiros em valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (iv) estar ciente de que a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que poderá ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados ANBIMA, nos termos da Cláusula 2.4.2 acima; (v) estar ciente de que as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura; e (vi) efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Fianças, das Fianças Bancárias e das Garantias Reais.
- 3.6.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.
- 3.6.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelas atuais acionistas da Emissora.
- 3.6.9. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o plano de distribuição descrito no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador

- 3.7.1. O banco liquidante da Emissão e o escriturador das Debêntures é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Av. Paulista, nº 1.111, 2º andar (parte), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.479.023/0001-80 ("Banco Liquidante" ou "Escriturador", conforme o caso). O Escriturador será responsável por realizar a escrituração das Debêntures entre outras responsabilidades definidas nas normas editadas pela CETIP. O Banco Liquidante e o Escriturador poderão ser substituídos a qualquer tempo, mediante aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

Handwritten signature and initials in blue ink.



3.8. Destinação dos Recursos

- 3.8.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, do Decreto Presidencial nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Resolução CMN 3.947"), os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados exclusivamente para pagamentos futuros ou reembolso de gastos relacionados à implantação das sete centrais geradoras eólicas, abaixo descritas, e que formam o Complexo Eólico Ventos do Araripe I, conforme abaixo detalhado:

Objetivo do Projeto	Implantação das sete centrais geradoras eólicas do Complexo Eólico Ventos do Araripe I: Ventos de Santa Joana II, Ventos de Santa Joana VI, Ventos de Santa Joana VIII, Ventos de Santa Joana XIV, Ventos de Santo Onofre I, Ventos de Santo Onofre II e Ventos de Santo Onofre III (" <u>Projeto</u> ").
Data estimada para o início do Projeto	O Projeto tem datas de entrada em operação estimadas entre outubro e dezembro de 2015, sendo que, na presente data, a implementação do Projeto está 95% (noventa e cinco por cento) concluída.
Fase atual do Projeto	O Projeto está atualmente em construção.
Data estimada para o encerramento do Projeto	A data estimada para encerramento da implantação do Projeto é dezembro de 2015. O período de autorização é de 35 (trinta e cinco) anos, iniciados em fevereiro de 2014.
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	Os custos totais de investimento no Projeto estão estimados em aproximadamente R\$ 927.000.000,00 (novecentos e vinte e sete milhões de reais).
Valor das Debêntures que será destinado ao Projeto	R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais).
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures	Os recursos a serem captados pelas Debêntures deverão ser utilizados para pagamento futuro e/ou reembolso dos custos de implantação do Projeto.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures	As Debêntures representam aproximadamente 12% (doze por cento) dos usos totais estimados do Projeto.

- 3.8.2. Observado o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º-B, da Lei 12.431, os recursos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão transferidos às SPEs, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, para a consequente realização do Projeto.



CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.
- 4.1.4. **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo considerada "Data de Subscrição", para fins da presente Escritura de Emissão, a data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. Caso ocorra a integralização das Debêntures em mais de uma data, o preço de subscrição para as Debêntures que foram integralizadas após a Data de Subscrição será o Valor Nominal Atualizado das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição até a data de sua efetiva integralização.
- 4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ocasiões em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu respectivo Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios e eventuais encargos moratórios, conforme o caso, e em observância à regulamentação aplicável, inclusive o artigo 1º da Resolução CMN 3.947, as Debêntures terão prazo de vigência até 15 de junho de 2028 ("Data de Vencimento das Debêntures").
- 4.1.6. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 111.000 (cento e onze mil) Debêntures.

4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

As Debêntures serão atualizadas monetariamente e farão jus a juros remuneratórios conforme o disposto a seguir:

4.2.1. Atualização Monetária das Debêntures:

- 4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado ("IPCA"), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Subscrição até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação e atualização monetária a cada período), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

Onde:

n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

dup = número de Dias Úteis entre Data de Subscrição ou a última Data de Aniversário (conforme abaixo definido) das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima Data de Aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro;

NI_k = valor do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do IPCA do mês anterior ao mês “k”.

O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE.

Considera-se “Data de Aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures.

Se até a Data de Aniversário das Debêntures o NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator “C” um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado” e “Projeção”, respectivamente) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

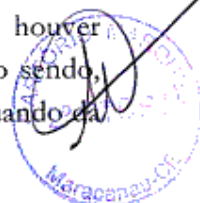
$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp} = Número Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização;

O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e



O número índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial ("Período de Ausência do IPCA"), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma variação produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.4. Caso a Taxa Substitutiva venha a acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre os Debenturistas e a Emissora, em deliberação realizada em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o quórum estabelecido na Cláusula 8.4.1 adiante, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, a totalidade das Debêntures deverá ser resgatada antecipadamente e, conseqüentemente, cancelada pela Emissora, sem multa ou prêmio

de qualquer natureza, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Atualizado das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição, da Data de Incorporação ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.2.1.5. Caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA mesmo após a determinação da Taxa Substitutiva, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o seu substituto legal passará, desde a data em que passe a vigor, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, incidindo retroativamente à Data de Aniversário, conforme definida na Cláusula 4.2.1.1 acima, do mês imediatamente anterior à sua divulgação, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.

4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa equivalente à soma exponencial: (i) do percentual correspondente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2022 (“Tesouro IPCA 2022”) a ser verificada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme as taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>); e (ii) de uma sobretaxa equivalente a um percentual de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Juros Remuneratórios”):

4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Subscrição, da Data de Incorporação (conforme abaixo definido) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (Fator Juros - 1)$$

Onde:



J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator Juros = \left[\left(1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = taxa a ser informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser apurada na forma da Cláusula 4.2.2.1;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição, Data de Incorporação, ou última data de pagamento dos Juros Remuneratórios e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.2.2.3 A presente Escritura de Emissão será aditada nos termos da minuta de aditamento constante do Anexo I para refletir a taxa final consolidada aplicada aos Juros Remuneratórios, conforme o percentual do Tesouro IPCA 2022 utilizada, após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo dispensada a realização de novo ato societário das Partes para tanto.

4.2.3. Período de Capitalização; Capitalização de Juros Remuneratórios:

4.2.3.1. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Incorporação imediatamente anterior ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Incorporação ou na Data de Pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures.

4.2.3.2. Os Juros Remuneratórios calculados no período compreendido entre a Data de Subscrição e o dia 15 de junho de 2016 serão capitalizados e incorporados ao Valor Nominal Atualizado em 15 de junho de 2016 (“Data de Incorporação”). O primeiro pagamento de Juros Remuneratórios será realizado em 15 de dezembro de 2016

(inclusive) (data do primeiro pagamento) e os demais pagamentos de Juros Remuneratórios ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma dessas datas uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”, conforme aplicável). Farão jus ao recebimento dos Juros Remuneratórios aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Juros Remuneratórios.

4.3. Amortização do Valor Nominal Atualizado

- 4.3.1. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 24 (vinte e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, nas respectivas datas de amortização, conforme cronograma descrito na 1ª coluna da tabela a seguir (“Datas de Amortização das Debêntures”) e percentuais dispostos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir (“Percentual do Saldo do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado”), sendo os percentuais descritos na 2ª (segunda) coluna da tabela a seguir (“Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado”) meramente referenciais, calculados de acordo com a proporção do Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, a ser amortizado na respectiva data de amortização, conforme descrito na 3ª (terceira) coluna:

Data de Amortização	Proporção do Valor Nominal Unitário a ser Amortizado*	Percentual do Saldo do Valor Nominal Atualizado a ser Amortizado**
15 de dezembro de 2016	16,00%	16,00%
15 de junho de 2017	1,00%	1,19%
15 de dezembro de 2017	1,00%	1,20%
15 de junho de 2018	1,50%	1,83%
15 de dezembro de 2018	1,50%	1,86%
15 de junho de 2019	2,25%	2,85%
15 de dezembro de 2019	2,25%	2,93%
15 de junho de 2020	1,75%	2,35%
15 de dezembro de 2020	1,75%	2,41%
15 de junho de 2021	2,50%	3,52%
15 de dezembro de 2021	2,50%	3,65%
15 de junho de 2022	2,50%	3,79%
15 de dezembro de 2022	2,25%	3,54%
15 de junho de 2023	3,25%	5,31%
15 de dezembro de 2023	3,25%	5,60%
15 de junho de 2024	4,25%	7,76%
15 de dezembro de 2024	4,50%	8,91%
15 de junho de 2025	5,25%	11,41%
15 de dezembro de 2025	5,50%	13,50%

15 de junho de 2026	6,25%	17,73%
15 de dezembro de 2026	6,50%	22,41%
15 de junho de 2027	7,50%	33,33%
15 de dezembro de 2027	7,50%	50,00%
15 de junho de 2028	7,50%	100,00%

* Percentuais destinados a fins meramente referenciais.

** Percentuais destinados ao cálculo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures.



4.4. Local de Pagamento

- 4.4.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Prorrogação dos Prazos

- 4.5.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, quando a data de tais pagamentos coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.6. Encargos Moratórios

- 4.6.1. Sem prejuízo da Atualização Monetária e dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido calculados *pro rata temporis*; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

4.7. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

- 4.7.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Atualização Monetária, Juros Remuneratórios ou Encargos

Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8. Repactuação Programada

4.8.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.9. Amortização Extraordinária

4.9.1. As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária pela Emissora.

4.10. Resgate Antecipado Facultativo

4.10.1. As Debêntures não estarão sujeitas à oferta de resgate antecipado ou ao resgate antecipado facultativo pela Emissora, total ou parcial.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor e observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula poderão: (i) desde que permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável, observado que, até a presente data, o CMN ainda não emitiu regras relativas à possibilidade de resgate ou pré-pagamento das Debêntures; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debêntures, conforme aplicável. Na hipótese de cancelamento das Debêntures, esta Escritura de Emissão deverá ser aditada para refletir tal cancelamento.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, nos Jornais de Publicação ou outro jornal que venha



a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.



4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador, onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures (“Debenturistas”). Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.14. Tratamento Tributário

4.14.1. As Debêntures gozam do tratamento tributário previsto nos artigos 1º e 2º da Lei 12.431.

4.14.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, diferente daquelas previstas na Lei 12.431, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao seu custodiante, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor e da Lei 12.431.

4.14.3. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.14.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pelo Escriturador ou pela Emissora.

4.14.4. Caso a Emissora não utilize os recursos na forma prevista na Cláusula 3.8 acima, dando causa ao seu desenquadramento da Lei 12.431, esta será responsável pela multa

equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Emissão não alocado no Projeto, observado os termos do artigo 2º parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei 12.431.

- 4.14.5. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14.4 acima, caso, a qualquer momento durante a vigência da presente Emissão e até a Data de Vencimento das Debêntures as Debêntures deixem de gozar do tratamento tributário previsto na Lei 12.431 ou haja qualquer retenção de tributos sobre os rendimentos das Debêntures em razão do não atendimento, pela Emissora, dos requisitos estabelecidos na referida Lei, a Emissora desde já se obriga a arcar com todos os tributos que venham a ser devidos pelos Debenturistas, bem como com qualquer multa a ser paga nos termos da Lei 12.431, de modo que a Emissora deverá acrescer a esses pagamentos valores adicionais suficientes para que os Debenturistas recebam tais pagamentos como se os referidos valores não fossem incidentes.



4.15. Garantias Reais

- 4.15.1. Como condição prévia à subscrição e integralização das Debêntures, os instrumentos contratuais abaixo descritos serão celebrados e registrados nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos ou de Registro de Imóveis, conforme indicado nos respectivos instrumentos ("Garantias Reais"), para assegurar, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.18 abaixo, o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na constituição, formalização, excussão e/ou execução das garantias previstas na presente Escritura de Emissão ("Valor Garantido"):

- (i) penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Emissora de titularidade dos Acionistas ("Ações da Emissora") e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora, bem como (a) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), (b) todas as ações que porventura sejam atribuídas aos Acionistas, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência decorrente das ações oneradas, bonificações, conversão de debêntures de emissão da Emissora, (c) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento

das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, tudo nos termos previstos em contrato de penhor de ações de emissão da Emissora a ser celebrado entre os Acionistas, o Agente Fiduciário e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES") e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora ("Contrato de Penhor de Ações da Emissora");

- (ii) penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão das SPEs de titularidade da Emissora ("Ações das SPEs") e os respectivos frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pelas SPEs, bem como (a) quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários), (b) todas as ações que porventura sejam atribuídas à Emissora, ou aos seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos, exercício de direito de preferência decorrentes das ações oneradas, bonificações, conversão de debêntures de emissão das SPEs, (c) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações oneradas, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo as SPEs, tudo nos termos previstos em contrato de penhor de ações de emissão das SPEs a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o BNDES e, ainda, com a interveniência anuência das SPEs ("Contrato de Penhor de Ações das SPEs");
- (iii) penhor, pelas SPEs, dos direitos emergentes das autorizações expedidas pelo MME, quais sejam: (a) autorização concedida à SPE I por meio da Portaria nº 77, de 25 de fevereiro de 2014, (b) autorização concedida à SPE II por meio da Portaria nº 83, de 26 de fevereiro de 2014; (c) autorização concedida à SPE III por meio da Portaria nº 82, de 26 de fevereiro de 2014; (d) autorização concedida à SPE IV por meio da Portaria nº 84, de 26 de fevereiro de 2014; (e) autorização concedida à SPE V por meio da Portaria nº 80, de 25 de fevereiro de 2014; (f) autorização concedida à SPE VI por meio da Portaria nº 78, 25 de fevereiro de 2014; e (g) autorização concedida à SPE VII por meio da Portaria nº 85, de 26 de fevereiro de 2014 (em conjunto, "Autorizações"), bem como sobre direitos emergentes de eventuais Resoluções e/ou Despachos da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") que venham a ser emitidos, incluídas as suas subseqüentes alterações, conforme termos previstos em contrato de penhor de direitos emergentes a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário e o BNDES e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora ("Contrato de Penhor de Direitos Emergentes");



- (iv) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade das SPEs e/ou da Emissora (na qualidade de cessionária por força do acordo de cessão de créditos celebrado com as SPEs) sobre todos os direitos presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos “Contratos de Energia de Reserva”, celebrados pelas SPEs com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CERs”), ainda, a totalidade dos demais direitos creditórios e receitas provenientes da venda de energia elétrica produzida pelas SPEs, no âmbito do Projeto, nos termos do parágrafo 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada, cessão fiduciária esta que abrangerá, ainda, os recursos depositados nas Contas Controladas (conforme definidas na Cláusula 4.17.1 abaixo), conforme termos previstos em (i) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios das SPEs, administração de contas e outras avenças, a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Banco Citibank S.A., na qualidade de banco administrador (“Banco Administrador”) e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs”) e (ii) contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios titulados pela Emissora, administração de contas e outras avenças, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Banco Administrador e, ainda, com a interveniência anuência das SPEs (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding”);
- (v) penhor, pelas SPEs, sobre todos os direitos emergentes (a) de cada um dos 7 (sete) Contratos de Fornecimento, Transporte, Montagem, Colocação em Operação e Teste de Aerogeradores (Empreitada Global), celebrados em 30 de setembro de 2013, conforme aditados, cada um dos acima citados celebrados entre a Gamesa Eólica Brasil Ltda. e cada uma das SPEs (“Contratos de Empreitada Global”); e (b) de cada um dos 7 (sete) Contratos de Operação e Manutenção de Aerogeradores, celebrados em 09 de maio de 2014, cada um dos acima citados celebrados entre a Gamesa Eólica Brasil Ltda. e cada uma das SPEs (“Contratos de Apoio às Operações”), conforme termos previstos no Contrato de Penhor de Direitos Emergentes; e
- (vi) penhor, pelas SPEs, de aerogeradores, nos termos previstos em contrato de penhor de aerogeradores a ser celebrado entre as SPEs, o Agente Fiduciário e o BNDES e, ainda, com a interveniência anuência da Emissora (“Contrato de Penhor de Aerogeradores”) e, em conjunto com o Contrato de Penhor de Ações da Emissora, o Contrato de Penhor de Ações das SPEs, o Contrato de Penhor de Direitos Emergentes, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, “Contratos de Garantia”).



- 4.15.2. A Emissora e as SPEs obrigam-se, ainda, a providenciar a averbação do respectivo penhor das ações descritas na Cláusula 4.15.1 (i) e (ii) acima nos respectivos “Livros de Registro de Ações Nominativas” da Emissora e das SPEs e/ou nos livros e sistemas da instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, caso as ações da Emissora e das SPEs venham a se tornar escriturais, devendo ser anotados no extrato da conta de depósito fornecido às respectivas acionistas, nos termos do artigo 39, e de seu §1º, da Lei das Sociedades por Ações, em até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura do Contrato de Penhor de Ações da Emissora e do Contrato de Penhor de Ações das SPEs, respectivamente. Ainda, após as referidas averbações, a Emissora e as SPEs deverão encaminhar ao Agente Fiduciário, cópias autenticadas dos “Livros de Registro de Ações Nominativas” da Emissora e das SPEs e/ou declaração expedida pela instituição financeira responsável pela prestação de serviços de escrituração das ações da Emissora e das SPEs, conforme aplicável, evidenciando a anotação referida nesta Cláusula, em até 5 (cinco) dias após as respectivas averbações, nos termos das Cláusulas 2.5.3 e 2.5.3.1 acima.
- 4.15.3. Todas as despesas com o registro dos Contratos de Garantia, conforme previsto nos respectivos instrumentos, serão de responsabilidade da Emissora.
- 4.15.4. Fica, desde já, certo e ajustado que a inobservância dos prazos para execução de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.
- 4.15.5. Observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias, nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar as Garantias Reais, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.
- 4.15.6. As Garantias Reais referidas acima serão outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pela Emissora e pelas SPEs, vigendo até a integral liquidação do Valor Garantido, nos termos dos Contratos de Garantia, da presente Escritura de Emissão e demais instrumentos jurídicos competentes à formalização das Garantias Reais, a serem firmados entre a Emissora, SPEs, o Agente Fiduciário, BNDES e demais partes de referidos instrumentos, conforme aplicável.
- 4.16. Garantias Fidejussórias**
- 4.16.1. **Fianças das SPEs.** As SPEs aceitam a presente Escritura de Emissão, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código



Civil (conforme definido abaixo), e dos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro (conforme definido abaixo), e responsabilizando-se solidariamente entre si e com a Emissora, pelo fiel, pontual e integral pagamento do Valor Garantido ("Fianças").

- 4.16.1.1. As SPEs se obrigam a, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, pagar o Valor Garantido no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado a partir do recebimento de notificação com aviso de recebimento enviada pelo Agente Fiduciário informando da falta de pagamento de qualquer das obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.
- 4.16.1.2. Todos e quaisquer pagamentos realizados pelas SPEs em relação às Fianças serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as SPEs pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.
- 4.16.1.3. As Fianças aqui referidas são prestadas pelas SPEs em caráter irrevogável e irretratável e entrarão em vigor na data de assinatura da Escritura de Emissão, sendo certo que as SPEs desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.
- 4.16.1.4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas SPEs com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 4.16.1.5. As SPEs renunciam, neste ato, e até a integral quitação das obrigações decorrentes das Debêntures, à sub-rogação nos direitos de crédito correspondentes às obrigações assumidas nesta Cláusula. Assim, na hipótese de excussão da presente garantia, as SPEs não terão qualquer direito de reaver da Emissora qualquer valor decorrente da execução das Fianças até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.
- 4.16.1.6. As Fianças poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação do Valor Garantido.
- 4.16.1.7. As Fianças permanecerão válidas e plenamente eficazes, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações nos Contratos de Garantia, nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Oferta Restrita.



4.16.1.8. As despesas com o registro desta Escritura de Emissão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos serão de responsabilidade da Emissora.

4.16.2. **Fianças Bancárias.** Sem prejuízo das demais garantias constituídas ou a serem constituídas no âmbito da Emissão em favor dos Debenturistas, conforme previsto acima, a Emissora contratará, como condição prévia à subscrição e integralização das Debêntures, para cobertura de risco de *Completion* Físico e Financeiro do Projeto, fianças bancárias em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, junto a instituições financeiras que possuam *rating* mínimo de BBB em escala global ou AA em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody's ("Fianças Bancárias" e, em conjunto com as Fianças e as Garantias Reais, "Garantias"), para o fim de, em conjunto, garantir o pontual e integral pagamento das Obrigações Afiançadas (conforme abaixo definido).

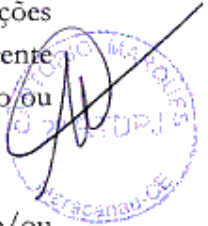
4.16.2.1. As Fianças Bancárias serão firmadas por meio de uma ou mais cartas de fiança, nos termos constantes do Anexo II a esta Escritura de Emissão que deverão, somados os percentuais das Obrigações Afiançadas garantidos em cada carta de fiança, garantir o percentual de 100% (cem por cento) das Obrigações Afiançadas, devendo as instituições financeiras prestadoras das Fianças Bancárias se responsabilizarem na qualidade de devedoras solidárias com a Emissora (e não entre si) e principais pagadoras, respeitados os limites indicados nas respectivas cartas de fiança, com renúncia aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, pelo fiel, exato e integral cumprimento das Obrigações Afiançadas.

4.16.2.2. As Fianças Bancárias deverão ser parcialmente exoneradas pelo Agente Fiduciário, sendo o valor afiançado reduzido ao equivalente a 30% (trinta por cento) do valor integral das Obrigações Afiançadas caso: (i) a Emissora apresente ao Agente Fiduciário a comprovação do *Completion* Físico do Projeto, observados os termos das Cláusulas 4.16.2.5 e 4.19 abaixo; e (ii) as Garantias Reais estejam validamente constituídas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

4.16.2.3. As Fianças Bancárias deverão ser integralmente exoneradas pelo Agente Fiduciário caso: (i) a Emissora apresente ao Agente Fiduciário a comprovação do *Completion* Financeiro do Projeto, observados os termos das Cláusulas 4.16.2.5 e 4.19 abaixo; e (ii) a Emissora comprove o atingimento do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), conforme balanço auditado a ser apresentado pela Emissora, com o cálculo do atingimento de tal índice apresentado e atestado pelos auditores da Emissora.

4.16.2.4. Para os fins desta Escritura de Emissão entende-se por "Obrigações Afiançadas" o montante equivalente ao Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros

Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou Debenturista na execução das Fianças Bancárias.



4.16.2.5. A comprovação, conforme o caso, do cumprimento do *Completion* Físico e/ou Financeiro do Projeto para os fins das Cláusulas 4.16.2.2 e 4.16.2.3 acima, bem como das Cláusulas 4.16.2.7 e 4.16.2.8 abaixo, se dará após o envio, pela Emissora ao Agente Fiduciário, de cópia autenticada da carta emitida por escrito por parte do BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento com o BNDES (conforme abaixo definido), no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da respectiva carta pela Emissora, atestando o *Completion* Físico ou Financeiro, conforme o caso, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, juntamente com uma carta da Emissora, nos termos do modelo de carta de Cumprimento de *Completion* Físico e/ou Financeiro, constante do Anexo III à presente Escritura de Emissão: (i) confirmando o recebimento da declaração de *Completion* Físico ou Financeiro por parte do BNDES, conforme o caso; (ii) atestando o cumprimento das condições para o *Completion* Físico ou Financeiro, conforme o caso, nos termos da Cláusula 4.19 abaixo; (iii) atestando a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas; (iv) solicitando ao Agente Fiduciário a liberação total (no caso de *Completion* Financeiro) ou parcial (no caso de *Completion* Físico) das Fianças Bancárias, sendo certo que não será necessária a realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou tampouco qualquer anuência de quaisquer detentores das Debêntures para formalizar a liberação total ou parcial das Fianças Bancárias; e (v) comprovando ao Agente Fiduciário a ciência dos devedores dos direitos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente a respeito dos penhores e/ou da cessão fiduciária mencionados na Cláusula 4.15.1, (iii), (iv) e (v) acima, nos termos e procedimentos descritos no Contrato de Penhor de Direitos Emergentes e Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding.

4.16.2.6. Em qualquer circunstância, o Agente Fiduciário somente deverá proceder com a liberação (total ou parcial) das Fianças Bancárias caso não tenha conhecimento ou não tenha notificado a Emissora previamente à liberação das Fianças Bancárias acerca da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo) ou, caso tenha notificado, este Evento de Inadimplemento já tenha sido resolvido nos termos desta Escritura de Emissão.

4.16.2.7. As Fianças Bancárias deverão ser emitidas com validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua emissão, devendo ser renovada ou substituída, por igual período, observados os percentuais informados nas Cláusulas 4.16.2.1 e 4.16.2.2, de acordo com o estágio do Projeto e nos termos da Cláusula 4.16.2.8 abaixo, de forma que as Fianças Bancárias sempre estejam em vigor até a ocorrência do

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

primeiro dos seguintes eventos: (i) a quitação integral das Debêntures ou até (ii) o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da comprovação da ocorrência do *Completion* Financeiro, a ser enviada pela Emissora, nos termos da Cláusula 4.16.2.5 acima.

4.16.2.8. Na hipótese de o *Completion* Financeiro e/ou a liquidação integral das Debêntures não ocorrer em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento das Fianças Bancárias, a Emissora deverá renová-las ou substituí-las, por novas Fianças Bancárias em até 60 (sessenta) dias antes de sua data de vencimento, de maneira substancial com os mesmos termos e condições das Fianças Bancárias originalmente emitidas (ressalvada a possibilidade de redução do percentual das Obrigações Afiançadas nos termos da Cláusula 4.16.2.2 acima), por um prazo adicional de 24 (vinte e quatro) meses, junto a quaisquer das instituições financeiras que possuam *rating* mínimo de BBB em escala global ou AA em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody's. Referida renovação deverá ser feita quantas vezes necessário, sempre em até 60 (sessenta) dias antes da data de vencimento das Fianças Bancárias, para que as Debêntures permaneçam garantidas até que ocorra o *Completion* Financeiro ou a quitação integral das Obrigações Afiançadas, o que ocorrer primeiro e conforme aplicável.

4.16.2.8.1. Observados os termos da Cláusula 4.16.2.8 acima, no momento da renovação das Fianças Bancárias, estas poderão ser emitidas por instituições financeiras que sejam filiais de instituições estrangeiras e que não possuam avaliação de risco de crédito no Brasil, hipótese na qual: (i) deverá ser considerado, para fins da verificação do risco de crédito, o *rating* em escala global de sua matriz; e (ii) a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, conjuntamente com a Fiança Bancária, uma opinião legal emitida por escritório de advocacia escolhido a exclusivo critério da Emissora confirmando os poderes dos representantes da instituição financeira estrangeira emissora da Fiança Bancária.

4.16.2.9. Caberá ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, das Fianças Bancárias, quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação das Obrigações Afiançadas, em caso de inadimplemento de obrigações pecuniárias, vencimento antecipado das Debêntures, ou ainda, em caso de não pagamento das Debêntures na Data de Vencimento das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

4.16.2.10. As Partes concordam, desde já, que todos e quaisquer custos incorridos na prestação das Fianças Bancárias em favor dos Debenturistas deverão ser arcados pela Emissora.

4.16.2.11. Não há preferência quanto à execução das Fianças Bancárias, das Fianças ou das Garantias Reais. As Fianças Bancárias, as Fianças e qualquer das Garantias Reais são



garantias diversas e autônomas e respondem pelo Valor Garantido e/ou pelas Obrigações Afiançadas, conforme aplicável, nos termos desta Escritura de Emissão, das Fianças Bancárias e dos Contratos de Garantia.

4.16.2.12. As Partes desde já concordam que dependerá de anuência prévia por escrito de todas as instituições financeiras prestadoras das Fianças Bancárias qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios; ou (ii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures.

4.17. Administração de Contas

4.17.1. A Emissora e as SPEs obrigam-se a constituir e manter, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, até a integral liquidação das Debêntures e do Contrato de Financiamento com o BNDES (em conjunto, "Contas Controladas"):

- (i) contas centralizadoras de titularidade das SPEs, movimentáveis exclusivamente pelo Banco Administrador, constituídas exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos CERs;
- (ii) conta centralizadora de titularidade da Emissora e/ou das SPEs, conforme o caso, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos à Emissora por meio dos contratos de cessão de direitos creditórios celebrados com as SPEs em 2 de janeiro de 2015, bem como recursos decorrentes de quaisquer transferências de recursos das SPEs para a Emissora, e subsequente pagamento do serviço da dívida perante o BNDES;
- (iii) conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados mensalmente, a partir de 15 de março de 2016 (inclusive) e até o vencimento final das Debêntures, recursos em montante equivalente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios a que fazem jus os Debenturistas, de modo a sempre garantir o pagamento da referida prestação, sendo certo que para o preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim "Focus" elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo ("Conta Pagamento das Debêntures");



- (iv) conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados recursos para garantir, sempre com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência, o pagamento da próxima prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios a que fazem jus os Debenturistas, sendo certo que para o preenchimento da referida conta utilizar-se-á a projeção do IPCA, correspondente à projeção média de mercado do IPCA divulgada no boletim “Focus” elaborado pelo Banco Central do Brasil no último Dia Útil do mês imediatamente anterior ao mês de cálculo. O saldo da respectiva conta deverá estar preenchido até 15 de dezembro de 2016 (inclusive), com recursos em montante suficiente para garantir o pagamento da prestação de amortização do Valor Nominal Atualizado e dos Juros Remuneratórios a que fazem jus os Debenturistas em 15 de junho de 2017, e assim sucessivamente com relação a cada prestação a que fazem jus os Debenturistas até o vencimento final das Debêntures (“Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures”);
- (v) conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados, recursos necessários para o pagamento do saldo correspondente a 3 (três) vezes o valor da primeira prestação da amortização e dos acessórios da dívida decorrente do Contrato de Financiamento com o BNDES, e, a partir daquela data, o valor correspondente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida (“Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES”);
- (vi) conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados, mensalmente, recursos suficientes para que em 15 de abril de 2016 e a cada 31 de dezembro o saldo corresponda a 1/4 (um quarto) do valor anual previsto para o ano subsequente de pagamentos que incumba a cada uma das SPEs em decorrência dos Contratos de Apoio às Operações, sendo certo que tais valores deverão ser informados anualmente pela Emissora ao Banco Administrador com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis ao dia 15 de abril de 2016 e ao dia 31 de dezembro de cada ano (“Conta Reserva de O&M”); e
- (vii) conta controlada de titularidade da Emissora, movimentável exclusivamente pelo Banco Administrador, na qual deverão ser depositados, na hipótese prevista na Cláusula 4.17.3 abaixo, recursos necessários para que o cálculo do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) da Emissora, apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo IV à presente Escritura de Emissão, e considerando a totalidade dos recursos mantidos na referida conta controlada,



atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (“Conta de Complementação do ICSD”).

4.17.2. Poderão ser criadas e mantidas sob cessão fiduciária outras contas correntes diversas das especificadas na Cláusula 4.17.1 acima caso sejam necessárias para a operacionalização da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos CERs.

4.17.3. Caso, em cada uma das datas de apuração do ICSD da Emissora, não seja atingido o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), mas o ICSD apurado seja superior a 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (inclusive), a Emissora deverá depositar na Conta de Complementação do ICSD, recursos suficientes para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, de acordo com a metodologia de cálculo constante do Anexo V a esta Escritura de Emissão.

4.17.3.1 Caso a Emissora tenha saldo acumulado na Conta de Complementação do ICSD, nos termos da Cláusula 4.17.3 acima e, após a verificação pelo Agente Fiduciário, na data de apuração do ICSD imediatamente subsequente, de que o índice de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) foi atingido (sem considerar para tal cálculo os recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD), o saldo acumulado na Conta de Complementação do ICSD deverá ser liberado para a conta de livre movimentação da Emissora indicada no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, desde que observados os termos e condições ali previstos.

4.18. Compartilhamento das Garantias

4.18.1. As Garantias Reais descritas na Cláusula 4.15.1 acima serão compartilhadas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, na proporção do respectivo saldo devedor de cada credor, com a dívida decorrente do “Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0125.1” celebrado em 17 de abril de 2015 entre a Emissora e o BNDES, na modalidade FINEM, cujos recursos serão destinados ao Projeto (“Contrato de Financiamento com o BNDES”), de acordo com o “Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças” a ser celebrado entre BNDES e o Agente Fiduciário (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”).

4.19. Fases do Projeto

4.19.1. Para fins e efeitos da presente Escritura de Emissão, as fases de *Completion* Físico e de *Completion* Financeiro do Projeto ocorrerão da seguinte forma:



- (I) entende-se por “Completion Físico” do Projeto a implantação das sete centrais geradoras eólicas denominadas EOL Ventos de Santa Joana II, EOL Ventos de Santa Joana VI, EOL Ventos de Santa Joana VIII, EOL Ventos de Santa Joana XIV, EOL Ventos de Santo Onofre I, EOL Ventos de Santo Onofre II e EOL Ventos de Santo Onofre III (em conjunto, “Centrais Geradoras Eólicas”) e a apresentação cumulativa de:
- (a) licenças ambientais de operação, válidas e vigentes, das Centrais Geradoras Eólicas e do respectivo sistema de transmissão oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente;
 - (b) despacho da Superintendência de Fiscalização de Geração da ANEEL, ou ato equivalente, autorizando a entrada em operação comercial das Centrais Geradoras Eólicas ou as declarando como aptas a operar;
 - (c) comprovação de recebimento, pelas SPEs, da primeira parcela da receita oriunda dos CERs;
 - (d) apresentação das apólices de seguro contratadas na forma dos itens (h) e (i) da Cláusula 6.2.1 abaixo, acompanhadas dos respectivos comprovantes de quitação do prêmio;
 - (e) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação do Projeto;
 - (f) comprovação da constituição válida, bem como da manutenção da validade da constituição, de todas as Garantias Reais e do seguro patrimonial relativo aos aerogeradores de propriedade das SPEs, conforme mencionado nos item (h) e (i) da Cláusula 6.2.1;
 - (g) inexistência de hipotecas sobre os terrenos sobre os quais o Projeto está sendo implantado, com destaque para a comprovação do cancelamento das hipotecas incidentes sobre os seguintes imóveis: (i) imóvel de matrícula nº 1.925 de propriedade de José Tavares de Oliveira; (ii) imóvel de matrícula nº 3.063 de propriedade de Alexandre Raimundo de Almeida; (iii) imóvel de matrícula nº 1.184 e propriedade de Francisco Raimundo de Carvalho; (iv) imóvel de matrícula nº 3.305 de propriedade de Francisco João da Silva; (v) imóvel de matrícula nº 510 de propriedade de Antonio Rodrigues de Sousa; e (vi) imóvel de matrícula nº 2.689 de propriedade de Raimundo Manoel de Carvalho;
 - (h) comprovação de aporte de capital na Emissora referente a diferença entre o valor efetivo de colocação das Debêntures e o Valor Total da Emissão; e



- (i) estarem a Emissora e as SPEs, bem como as demais sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora, em dia com todas as obrigações contratuais contraídas perante o BNDES, a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e o BNDES PLC (em conjunto, “Sistema BNDES”).
- (II) o “Completion Financeiro” do Projeto ocorrerá por meio do cumprimento cumulativo das seguintes condições:
- (a) comprovação de geração mínima líquida consolidada de todas as Centrais Eólicas Geradoras de 1001,29 GWh (mil e um Gigawatt-hora e vinte e nove centésimos), calculada no respectivo centro de gravidade, em um período de 12 (doze) meses consecutivos anteriores à verificação;
 - (b) atendimento do ICSD de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo IV à presente Escritura de Emissão e desde que verificado o pagamento de 12 (doze) prestações mensais de amortização do Contrato de Financiamento com o BNDES, sendo certo que a Emissora poderá apurar, extraordinariamente, o ICSD, dispensado de observar o ano civil anterior, unicamente para o atendimento ao disposto nesta alínea (b) e somente após a liberação dos subcréditos “A” e “B” previstos no Contrato de Financiamento com o BNDES;
 - (c) preenchimento integral dos saldos mínimos da Conta Pagamento das Debêntures, da Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES, da Conta Reserva de O&M e da Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures a serem previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding;
 - (d) inexistência de dívidas da Emissora e/ou das SPEs com terceiros, bem como de mútuos entre a Emissora as SPEs, seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertença a Emissora, salvo nas hipóteses expressamente previstas no Contrato de Financiamento com o BNDES;
 - (e) estarem a Emissora e as SPEs, bem como as demais sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora, em dia com todas as obrigações contratuais contraídas perante o Sistema BNDES;

- (f) comprovação de utilização, pela Emissora, de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos referentes ao subcrédito "C" do Contrato de Financiamento com o BNDES; e
- (g) inexistência de ato administrativo ou judicial que impeça a conclusão ou continuidade da operação do Projeto.

4.20. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

4.20.1. A Emissora obriga-se a providenciar e enviar ao Agente Fiduciário, previamente à Data de Subscrição:

- (i) 1 (uma) via original da Escritura de Emissão devidamente arquivada na JUCEC, nos termos da Cláusula 2.3 acima, e registrada nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos das Cláusulas 2.3.1 e 2.5.1 acima;
- (ii) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.2 acima;
- (iii) comprovação de entrega das notificações aos devedores dos direitos empenhados e/ou cedidos fiduciariamente a respeito dos penhores e/ou da cessão fiduciária mencionados na Cláusula 4.15.1, (iii), (iv) e (v) acima, nos termos e procedimentos descritos no Contrato de Penhor de Direitos Emergentes e Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding;
- (iv) cópias autenticadas dos "Livros de Registro de Ações Nominativas" da Emissora e das SPEs, evidenciando a averbação do penhor das Ações da Emissora e do penhor das Ações das SPEs, nos termos da Cláusula 2.5.3 acima;
- (v) 1 (uma) via original das Fianças Bancárias devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.4 acima; e
- (vi) 1 (uma) cópia digitalizada do relatório preliminar de classificação de risco (*rating*) das Debêntures por agência de classificação dentre Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina, observado o envio do relatório definitivo nos termos do item (m) da Cláusula 6.1.1 abaixo.





CLÁUSULA V VENCIMENTO ANTECIPADO

- 5.1. Observado o disposto nas Cláusulas 5.2 a 5.9 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição, a última Data de Incorporação ou a última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme o caso), e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, sem prejuízo ainda da busca de indenização por perdas e danos que compense integralmente o eventual dano causado pelo inadimplemento da Emissora, na ocorrência de quaisquer das situações previstas nesta Cláusula, respeitados os respectivos prazos de cura (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):
- (a) não pagamento, pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme aplicável, nas datas de vencimento previstas nesta Escritura de Emissão, do Valor Nominal Atualizado, dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer outras obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, sem que tal descumprimento seja sanado pela Emissora no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado do respectivo vencimento;
 - (b) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs e/ou de quaisquer dos Acionistas, bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou por quaisquer dos Acionistas, ou pedido de falência relativo à Emissora e/ou a quaisquer das SPEs e/ou a quaisquer dos Acionistas formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo certo que para os Acionistas as disposições desta alínea somente serão aplicáveis até a data do *Completion* Físico;
 - (c) declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento com o BNDES ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES ou suas subsidiárias;
 - (d) a transformação da Emissora em outro tipo societário;
 - (e) não renovação das Fianças Bancárias até o 15º (décimo quinto) Dia Útil anterior ao término de sua vigência;
 - (f) não renovação, cancelamento, revogação, intervenção ou extinção das Autorizações;
 - (g) suspensão das Autorizações;



- (h) não renovação, não obtenção, cancelamento, revogação, intervenção, suspensão ou extinção de demais autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para a construção, desenvolvimento e manutenção do Projeto (observado o respectivo estágio de implantação do Projeto) ou, ainda, a alteração, não renovação, vencimento antecipado ou rescisão de qualquer um dos seguintes contratos (em conjunto, “Contratos do Projeto”): (i) CERs; (ii) Contratos de Empreitada Global; (iii) Contratos de Apoio às Operações; (iv) Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço Global para a Implantação do Conjunto Eletromecânico do Complexo Eólico Ventos do Araripe I, celebrado em 31 de março de 2014 entre as SPEs e a Alstom Grid Energia Ltda. (“Contrato de Engenharia – Alstom Grid”); (v) Contrato de Engenharia, Construção Civil, Aquisição, Fornecimento, Montagem e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço Global Para Implantação da Linha de Transmissão Circuito Duplo, celebrado em 11 de julho de 2014 entre o Consórcio Duplo (formado pelas SPEs) e a Construtora Sucesso S.A. (“Contrato de Engenharia – Sucesso”); (vi) Contrato de Engenharia e Construção Civil em Regime de Empreitada por Preço Global do Complexo Eólico Ventos do Araripe I, celebrado em 28 de abril de 2014 entre as SPEs e a Cortez Engenharia Ltda. (“Contrato de Engenharia – Cortez”); (vii) Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem, Instalação e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço Global de Subestação Seccionadora/Elevadora 230/500 kV, celebrado em 13 de maio de 2014 entre o Consórcio Conexão (formado pelas SPEs) e a Alstom Grid Energia Ltda. (“Contrato de Engenharia Conexão – Alstom Grid”); (viii) Contrato de Engenharia, Aquisição, Fornecimento, Montagem, Instalação e Comissionamento em Regime de Empreitada por Preço Global de Linha de Transmissão de 500 kV, com Seccionamento da Linha de Transmissão Iracema, celebrado em 4 de agosto de 2014 entre o Consórcio Conexão (formado pelas SPEs) e a Construtora Sucesso S.A. (“Contrato de Engenharia Conexão – Sucesso”); (ix) Contrato de Constituição do Consórcio Denominado “Consórcio Circuito Duplo” para Construção e Operação de Linha de Transmissão de Circuito Duplo celebrado em 1 de julho de 2014 entre as SPEs, as sociedades que compõem o Bloco Chapada do Piauí II e as sociedades que compõem o Bloco Chapada do Piauí III e o respectivo contrato de depósito; e (x) as apólices de seguro já firmadas e eventuais aditamentos, atualizações e novas apólices de seguro que venham a ser contratadas pela Emissora e/ou por qualquer das SPEs no âmbito do Projeto (“Apólices de Seguro”), desde que tal alteração, não renovação, vencimento antecipado ou rescisão possa afetar negativamente o desenvolvimento do Projeto ou causar um Efeito Adverso Relevante (conforme definido na Cláusula 9.1, item (h), abaixo);
- (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou por quaisquer das SPEs e/ou por quaisquer dos Acionistas, conforme aplicável, sendo



certo que para os Acionistas as disposições desta alínea somente serão aplicáveis até a data do *Completion* Físico;

- (j) existência de sentença condenatória que seja exequível desde logo, ainda que não transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Emissora, por quaisquer das SPEs e/ou por quaisquer dos Acionistas ou por seus respectivos administradores, no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou descumprimento material de normas relativas ao meio ambiente ou crimes contra o meio ambiente, sendo certo que a declaração de vencimento antecipado com base nesta alínea não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Emissora, observado o devido processo legal;
- (k) inscrição de qualquer das SPEs no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, regulado pela Portaria Interministerial nº 2, de 31 de março de 2015, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ou outro cadastro oficial que venha a substituí-lo;
- (l) constituição pela Emissora, pelos Acionistas ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, de penhor ou qualquer outro gravame ou ônus sobre os direitos e bens dados em garantia às obrigações oriundas das Debêntures, ou qualquer outra espécie de cessão ou vinculação sobre os mesmos direitos a terceiros que não os Debenturistas e o BNDES, observado o compartilhamento mencionado na Cláusula 4.18 acima;
- (m) descumprimento: (i) pela Emissora, por quaisquer dos Acionistas ou por quaisquer das SPEs, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada em até 30 (trinta) dias contados da notificação do Agente Fiduciário neste sentido ou em prazo de cura específico previsto nesta Escritura de Emissão; (ii) pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs e/ou quaisquer dos Acionistas, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia e demais documentos da Emissão dos quais fazem parte, observados os prazos de cura referidos em tais instrumentos; ou (iii) pela Emissora de qualquer obrigação financeira perante o BNDES ou suas subsidiárias, que não seja comprovadamente regularizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do vencimento da respectiva obrigação;
- (n) sem prejuízo do disposto na alínea (z) abaixo, concessão de preferência a outros créditos ou assunção de novas dívidas, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas



representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvadas as dívidas assumidas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL, à CCEE e/ou à ONS, no valor, individual ou agregado, de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até a data da assunção de novas dívidas, entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs;

- (o) emissão de debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvados eventuais aumentos de capital da Emissora e/ou das SPEs integralizados exclusivamente pelas Acionistas e/ou pela Emissora, conforme aplicável;
- (p) celebração de contratos de mútuo ou pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs, com seus acionistas, diretos ou indiretos, e/ou com pessoas físicas ou jurídicas componentes do grupo econômico a que pertençam, sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, ressalvados: (i) os contratos de mútuos celebrados entre os Acionistas, na qualidade de mutuantes, e a Emissora, na qualidade de mutuária, celebrados até o término da implantação do Projeto, destinados exclusivamente à implementação do Projeto, os quais deverão ser quitados ou aportados, até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES; (ii) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuante, e as SPEs, na qualidade de mutuárias, destinados exclusivamente a adiantar recursos para a implementação do Projeto, os quais deverão ser quitados ou aportados até 30 (trinta) dias após a última liberação de recursos pelo BNDES nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES; (iii) os contratos de mútuo celebrados entre a Emissora, na qualidade de mutuária, e as SPEs, na qualidade de mutuantes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding, efetuados com o objetivo de suprir recursos à Emissora para que esta liquide suas obrigações assumidas junto ao BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, e aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; (iv) os mútuos pelos quais a Emissora eventualmente aporte nas SPEs recursos oriundos da Conta Reserva de O&M para os fins aplicáveis àqueles recursos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de

h



Direitos Creditórios das SPEs e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding;

- (q) resgate, recompra ou amortização de ações, distribuição, pela Emissora, de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, redução de capital, inclusive sob a forma de devolução de adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"), ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (i) se aprovado expressa e previamente pelos Debenturistas, estes últimos conforme deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; (ii) caso fique comprovado que no capital social da Emissora se tenham integralizado recursos excedentes ao valor global de R\$ 178.468.000,00 (cento e setenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais), hipótese na qual o montante que exceder o valor acima descrito poderá ser reduzido do capital social da Emissora, devendo-se apresentar anuência da ANEEL, caso exigido pela legislação regulatória; e (iii) se verificada, cumulativamente, a ocorrência do seguinte: (i) verificado o *Completion* Financeiro do Projeto, nos termos das Cláusulas 4.16.2.5 e 4.19 acima; (ii) preenchidas a Conta Reserva de O&M, a Conta de Pagamento das Debêntures, a Conta Reserva do Serviço da Dívida das Debêntures, a Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES e a Conta de Complementação do ICSD (caso aplicável), bem como as demais contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding; e (iii) atingido ICSD de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo IV; (iv) se verificada a inexistência de inadimplemento de qualquer empresa que pertença ao grupo econômico da Emissora perante o Sistema BNDES; e (iii) se comprovada a geração mínima consolidada de todas as Centrais Eólicas Geradoras de 1001,29 GWh (mil e um Gigawatt-hora e vinte e nove centésimos), calculada no respectivo centro de gravidade, no período de 12 (doze) meses imediatamente anteriores à verificação;
- (r) sem prejuízo da alínea (q) acima, resgate, amortização ou bonificação de ações, ou distribuição, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ou ainda a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas quando a Emissora estiver inadimplente com qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, ressalvado o mínimo obrigatório disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (s) amortização, resgate ou conversão de ações de emissão das SPEs, ressalvada a amortização, resgate ou conversão de ações realizada com o objetivo exclusivo de



suprir a Emissora de recursos para liquidar obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, e o BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento com o BNDES;

- (t) redução de capital social de quaisquer SPEs, inclusive sob a forma de devolução de AFAC ressalvada a redução de capital realizada com o objetivo exclusivo de suprir a Emissora de recursos para liquidar obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, e o BNDES, na qualidade de credor do Contrato de Financiamento com o BNDES, desde que fiquem comprovados, a exclusivo critério do BNDES e dos Debenturistas (estes últimos conforme deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão) e mediante sua prévia e expressa anuência, os seguintes requisitos: (i.a) manutenção, após a redução pretendida, do Índice de Capitalização Própria (ICP) igual ou superior a 20% (vinte por cento) do investimento total do Projeto, definido como a razão entre Capital Social (subscrito e integralizado) e o Ativo Total; (i.b) a aprovação da redução de capital e efetiva remessa dos respectivos recursos para a Emissora devem ser efetuadas após a data de 30 de abril de 2016; e (i.c) apresentação da anuência formal expressa pela ANEEL quanto à redução de capital pretendida, se requerido pela legislação aplicável; e (ii) caso fique comprovado que no capital social da SPEs (considerando as SPEs de forma consolidada) se tenham integralizado recursos excedentes ao valor global de R\$ 178.468.000,00 (cento e setenta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais), hipótese na qual o montante que exceder o valor acima descrito poderá ser reduzido do respectivo capital social, desde que: (ii.a) seja mantido, em cada uma das SPEs, o Índice de Capitalização Própria (ICP) mínimo previsto no subitem (i.a) desta alínea (t); e (ii.b) seja apresentada anuência da ANEEL, caso exigido pela legislação regulatória;
- (u) declaração de vencimento antecipado ou descumprimento de qualquer obrigação financeira assumida pela Emissora ou por quaisquer das SPEs junto a quaisquer instituições financeiras, em montante individual superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e/ou em montante agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão até o respectivo vencimento antecipado ou descumprimento, respeitados os respectivos prazos de cura previstos em tais documentos;
- (v) protesto de títulos contra a Emissora ou quaisquer das SPEs, em montante individual superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e/ou agregado superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), entendendo-se como valor agregado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e



pelas SPEs, valores estes a serem devidamente corrigidos anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado ao Agente Fiduciário, pela Emissora ou por quaisquer das SPEs, que (i) o protesto foi efetivamente suspenso dentro do prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo evento, (ii) o protesto foi cancelado no prazo legal ou (iii) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

- (w) a Emissora deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente mencionado na Cláusula 6.1.1, alínea (uu), abaixo, e registrado na CVM;
- (x) se, após a respectiva formalização nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, quaisquer das Garantias tornarem-se ineficazes, inexecutáveis ou inválidas ou ocorrer a degradação dos bens dados em garantia aos Debenturistas, conforme previsto nos Contratos de Garantia, bem como ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tais Garantias ou o cumprimento das disposições contidas nos Contratos de Garantia, desde que não sejam substituídas nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia;
- (y) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, pelas SPEs e/ou por quaisquer dos Acionistas, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, conforme aplicável, sem prévia autorização dos Debenturistas que representem no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, observado que, em caso de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros decorrente exclusivamente de alteração do controle acionário ou reorganização societária da Emissora, aplicar-se-á o quórum de deliberação previsto nas alíneas (ee) ou (ff) abaixo, conforme o caso, desde que, nesses casos, eventuais alterações aos Contratos de Garantia sejam feitas única e exclusivamente para fins de modificação das respectivas partes contratantes e não importem em alteração das Garantias descritas nas Cláusulas 4.15 e 4.16 da presente Escritura de Emissão;
- (z) constituição, pela Emissora ou pelas SPEs, conforme aplicável a qualquer tempo, ainda que sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, ou, ainda, garantias fidejussórias, em valor acumulado superior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), entendendo-se como valor acumulado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus, salvo (i) mediante autorização prévia de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; (ii) conforme permitido por esta Escritura de Emissão, inclusive com relação à celebração dos Contratos de Garantia; (iii) para fins de constituição de garantias



exigidas pelo BNDES no âmbito do Contrato de Financiamento com o BNDES, desde que sejam compartilhadas com os Debenturistas; e (iv) aquelas requeridas em função de obrigações regulatórias regulares junto à ANEEL e/ou à CCEE e/ou à ONS no valor de até R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), valor este a ser devidamente corrigido anualmente pelo IPCA desde a Data de Emissão até a data de constituição do respectivo ônus;

- (aa) aplicação dos recursos oriundos da Emissão, pela Emissora ou pelas SPEs, em destinação diversa da descrita na Cláusula 3.8 desta Escritura de Emissão
- (bb) alteração do escopo e da finalidade do Projeto sem a prévia aprovação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (cc) realização de outros investimentos pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme o caso, que não os relacionados ao Projeto, ressalvados os investimentos permitidos pelas Autorizações, ou aqueles vinculados com infraestrutura social da região;
- (dd) alteração do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, de forma que a atividade da Emissora deixe de ser exclusivamente a de deter participação em empresas de exploração do Projeto e/ou das SPEs deixe de ser exclusivamente a implantação e a execução do Projeto;
- (ee) mudança do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, inclusive por meio da alienação de cotas do Salus FIP, sem prévia autorização de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, sendo certo que fica desde já permitida pelos Debenturistas a alienação de: (i) até 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora, menos 1 (uma) ação, para a Cúbico Brasil S.A. ("Cúbico"); e (ii) 1 (uma) ação de emissão da Emissora, correspondente a um percentual inferior a 0,01% (um centésimo por cento) do capital social da Emissora, para a 35 Moront Corp ("Moront"), desde que tais alienações sejam concluídas até 30 de junho de 2016, condicionadas, ainda, à assunção, pela Cúbico e pela Moront, de todas as obrigações assumidas pelos Acionistas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Compartilhamento de Garantias, correspondentes à participação no capital social da Emissora que vier a ser adquirida pela Cúbico e pela Moront, respectivamente
- (ff) sem prejuízo do disposto na alínea (ee) acima, cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, bem como a criação



de subsidiárias ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou quaisquer das SPEs, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, exceto: (i) se previamente autorizado pelos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme previsto na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão; ou (ii) em caso de operações de incorporação ou incorporação de ações em que a Emissora seja a incorporadora e a incorporada seja uma das SPEs, desde que a SPE em questão seja subsidiária integral da Emissora;

- (gg) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Emissora ou de quaisquer das SPEs de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento das SPEs ou da Emissora ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso das SPEs ou da Emissora a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (hh) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pelas SPEs e/ou por quaisquer dos Acionistas nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia e nos demais documentos da Oferta Restrita, conforme aplicável;
- (ii) cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, desde que não revertida em até 10 (dez) Dias Úteis;
- (jj) abandono parcial e/ou paralisação na execução do Projeto, em ambos os casos, que possa causar um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido) ou abandono total do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação ou operação do Projeto;
- (kk) medida de autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;
- (ll) proferimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da referida decisão contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs e/ou contra quaisquer dos Acionistas que impeça ou possa vir a impedir a continuidade e/ou a conclusão do Projeto;
- (mm) descumprimento de decisão judicial, administrativa ou arbitral, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou contra quaisquer das SPEs, em valor individual superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e/ou agregado



superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), entendendo-se como valor acumulado, para os fins desta alínea, o valor considerado em conjunto pela Emissora e pelas SPEs, valores estes a serem anualmente corrigidos pelo IPCA a partir da Data de Emissão, ou, independentemente do valor, que impeça a continuidade e/ou a conclusão do Projeto; e

- (nn) não atingimento do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (inclusive), sendo que o ICSD será considerado como cumprido caso: (i) esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (inclusive) e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive); e (ii) sejam depositados na Conta de Complementação do ICSD recursos necessários para que o cálculo do referido ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta de Complementação do ICSD, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da referida data de apuração do ICSD. O ICSD deverá ser apurado anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas anuais da Emissora referentes ao ano civil anterior, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo IV à presente Escritura de Emissão.
- 5.2. A ocorrência de qualquer dos eventos acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos Contratos de Garantia, em até 2 (dois) Dias Úteis da sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora e/ou por quaisquer das SPEs não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 5.3. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f) da Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, assim que ciente da ocorrência dos eventos indicados acima, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou da necessidade de envio de qualquer forma de comunicação ou notificação à Emissora.
- 5.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles indicados na Cláusula 5.3 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.



- 5.5. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quóruns previstos na Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, caso aprovado por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, sendo que, nesse caso, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.6. Observado o disposto na Cláusula 8.3 abaixo, na hipótese: (i) de não instalação em segunda convocação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 5.4 acima por falta de quórum; (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 5.5 acima por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação; ou (iii) em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
- 5.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação com aviso de recebimento à Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante, o Escriturador e, em função do Contrato de Financiamento com o BNDES e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, para o BNDES, informando tal evento, para que a Emissora, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado, efetue o resgate da totalidade das Debêntures e efetue pagamento do valor correspondente ao Valor Nominal Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 5.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos desta Cláusula V, o Agente Fiduciário deverá comunicar também a CETIP, informando o vencimento antecipado.
- 5.9. Não configurará Evento de Inadimplemento nem dará ensejo à necessidade de anuência prévia, seja pelo Agente Fiduciário, seja pela Assembleia Geral de Debenturistas, qualquer alteração no fluxo de pagamentos da Emissora ao BNDES em decorrência de eventual reescalonamento, incluindo, mas não se limitando a, prorrogação de carência e/ou de pagamento de principal da dívida assumida pela Emissora perante o BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES, com ou sem alteração da taxa de juros do Contrato de Financiamento com o BNDES, desde que: (i) permaneçam inalterados os termos e condições previstos nesta



Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures; (ii) não haja antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES; (iii) não afete a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (iv) não afete a capacidade da Emissora e/ou das SPEs em cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas.

CLÁUSULA VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS SPES E DOS ACIONISTAS

6.1. Obrigações da Emissora

6.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

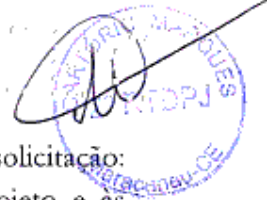
(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM; (b) relatório específico de apuração do ICSD consolidado, elaborado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, acompanhado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do ICSD previsto nas Cláusulas 4.17.1 (vii) e 4.17.3 acima, incluindo (caso o ICSD apurado esteja no intervalo entre 1,10 (um inteiro e dez centésimos) (inclusive) e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive)) a indicação do valor adicional necessário para que o ICSD apurado tivesse atingido 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), devidamente apurado pelos auditores independentes contratados pela Emissora, conforme metodologia de cálculo prevista no Anexo V a esta Escritura de Emissão, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (c) declaração, assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (w) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (x) não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de



descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; (v) que os bens e ativos da Emissora foram mantidos devidamente assegurados e (z) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (ii) em até 7 (sete) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) dentro de até 3 (três) Dias Úteis após a sua publicação, notificação da convocação de qualquer assembleia geral, com a data de sua realização e a ordem do dia e, tão logo disponíveis, cópias de todas as atas das assembleias gerais, reuniões de conselho de administração, diretoria e conselho fiscal que forem objeto de publicação; e
 - (iv) os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (x) da Cláusula 7.3.1 abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xi) da Cláusula 7.3.1 abaixo.
- (b) informar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de sua ocorrência, sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações, inclusive ações judiciais ou procedimentos administrativos, que: (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; (ii) possa vir a comprometer o Projeto; ou (iii) faça com que as demonstrações financeiras ou informações financeiras trimestrais da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
 - (c) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados do respectivo recebimento, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental, trabalhista relativa a saúde e segurança ocupacional, regulatório, ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora e/ou às SPEs, impondo sanções ou penalidades
 - (d) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da ciência, sobre, no âmbito do Projeto, (i) a ocorrência de dano ambiental; e (ii) a instauração e/ou existência e/ou decisão proferida em processo administrativo ou judicial de natureza socioambiental;



- (e) dentro do prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da respectiva solicitação:
 - (i) informar ao Agente Fiduciário sobre impactos socioambientais do Projeto e as formas de prevenção e contenção desses impactos; e (ii) disponibilizar cópia de estudos, laudos, relatórios, autorizações, licenças, alvarás, outorgas e suas renovações, suspensões, cancelamentos ou revogações relacionadas ao Projeto;
- (f) manter, sob a sua guarda, por 5 (cinco) anos, ou por prazo maior se solicitado pela CVM, todos os documentos e informações relacionados à Oferta Restrita, além de atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam: (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM; (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social; (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) Dia Útil ao intermediário líder da Oferta Restrita e o Agente Fiduciário; e (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (g) fornecer à CETIP as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no subitem (iii) da alínea (f) acima e atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028, de 02 de abril de 2009, bem como fornecer à CETIP as demais informações solicitadas por tal entidade;
- (h) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures para negociação e custódia eletrônica na CETIP;
- (i) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Liquidante e Escriturador; (ii) Agente Fiduciário; (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário da CETIP; e (iv) agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (j) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (k) cumprir e fazer com que as SPEs cumpram a legislação e regulamentação ambiental e trabalhista, especialmente relativa à saúde e segurança operacional, e a legislação



referente a não utilização de mão de obra infantil e/ou em condições análogas a de escravo ("Legislação Socioambiental"), exceto (i) em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora e/ou pelas SPEs, desde que tal discussão gere efeito suspensivo; e (ii) no caso de eventual descumprimento, seja efetuada a reparação imposta ou necessária, a exclusivo critério dos Debenturistas, ou seja cumprida a pena imposta à Emissora;

- (l) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão;
- (m) obter a classificação de risco preliminar (*rating*) das Debêntures pela Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's América Latina e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula preliminar de *rating* com, pelo menos, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência ao início da Oferta Restrita, nos termos do artigo 7º-A da Instrução CVM 476, e obter a classificação de risco definitiva (*rating*) das Debêntures e fazer com que o Agente Fiduciário receba a respectiva súmula de *rating* em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Subscrição, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, a partir da data de emissão do último relatório, até a Data de Vencimento o relatório da classificação de risco elaborado, (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (d) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's América Latina ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco;
- (n) manter as Debêntures com o mesmo grau de senioridade do Contrato de Financiamento com o BNDES;
- (o) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representante do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;



- (p) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (q) cumprir todas as determinações da CVM e da CETIP, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (ii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e as AGEs da Emissora, (iii) de registro dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, bem como de seus respectivos aditamentos, (iv) de contratação e registro das Fianças Bancárias, bem como de seus aditamentos, e (v) das despesas e remuneração com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador e agência de classificação de risco (*rating*) para as Debêntures;
- (s) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (t) manter-se adimplente com relação a todos os tributos ou contribuições devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, bem como com relação às contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), exceto com relação àqueles tributos que estejam sendo contestados de boa fé pela Emissora, nas esferas administrativa ou judicial;
- (u) manter o Projeto enquadrado nos termos da Lei 12.431 durante a vigência das Debêntures e comunicar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o recebimento de quaisquer comunicações por escrito, exigências ou intimações acerca da instauração de qualquer processo administrativo ou judicial que possa resultar no desenquadramento do Projeto como prioritário, nos termos da Lei 12.431 bem como enviar ao Agente Fiduciário declaração firmada por representante legal da Emissora comprovando a utilização dos recursos de acordo com os termos da Lei 12.431 ou qualquer outro documento que possa ser solicitado pelo Agente Fiduciário para fins de acompanhamento da utilização dos recursos no Projeto;
- (v) manter e conservar em vigor (e, nos casos em que apropriado, renovar de modo tempestivo) todas as autorizações, aprovações, licenças, permissões, alvarás e suas renovações, necessárias ao desenvolvimento do Projeto e ao desempenho das atividades da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs;

058828



- (w) enviar ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias após os respectivos registros e averbações: (i) 1 (uma) via original da Escritura de Emissão, e de seus aditamentos, devidamente arquivada na JUCEC, nos termos da Cláusula 2.3.1 e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima; e (ii) 1 (uma) via original das Fianças Bancárias, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrada nos respectivos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos da Cláusula 2.5.4 acima; e (iii) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento, e eventuais aditamentos, devidamente registrados em pelo menos um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou Registro de Imóveis competentes, conforme aplicável, além de vias autenticadas evidenciando o registro nos demais Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou Registro de Imóveis, conforme aplicável, nos termos da Cláusula 2.5.2 acima;
- (x) praticar todos os demais atos, firmar todos os documentos e realizar todos os registros adicionais requeridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, com o propósito de assegurar e manter a plena validade, eficácia e exequibilidade das Garantias previstas nesta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (y) preencher e manter os saldos mínimos das contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding;
- (z) convocar, nos termos da Cláusula 8.1 e seguintes desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça, bem como enviar cópia da respectiva convocação para a ANBIMA;
- (aa) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (bb) manter e conservar em bom estado todos os bens da Emissora e/ou de quaisquer das SPEs, incluindo, mas não se limitando a, todas as suas propriedades móveis e imóveis, necessários à consecução do Projeto e seus objetivos sociais;
- (cc) na hipótese da legalidade ou exequibilidade de qualquer das disposições relevantes desta Escritura de Emissão, das Fianças Bancárias, dos Contratos de Garantia e dos demais instrumentos relacionados no âmbito desta Emissão ser questionada judicialmente por qualquer pessoa, e tal questionamento judicial possa afetar a capacidade da Emissora em cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, deverá informar tal acontecimento ao Agente

058828



Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ocorrência, sem prejuízo da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento;

- (dd) caso a Emissora seja citada no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (ee) manter vigentes as Apólices de Seguros de forma compatível com os padrões exigidos pelas Autorizações para a cobertura do Projeto, inclusive as Apólices de Seguros relativas a seguro patrimonial a serem contratadas durante a fase operacional do Projeto, sendo certo que as Apólices de Seguros relativas a responsabilidade civil e risco de engenharia deverão manter cobertura substancialmente equivalente à atualmente contratada até o final da fase pré-operacional do Projeto;
- (ff) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (gg) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor;
- (hh) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, gerando um Efeito Adverso Relevante;
- (ii) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (jj) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades e das SPEs ou que sejam relevantes de forma que sua invalidade possa afetar a implementação e desenvolvimento do Projeto;
- (kk) não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da Emissão e tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

25



- (ll) observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, e por suas coligadas e seus administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados, subcontratados ou terceiros agindo em seu nome toda e qualquer lei que trata de corrupção, crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo (i) adotar políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das leis acima, nos termos do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; e (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira;
- (mm) notificar o Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência, de que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, devendo: (i) fornecer cópia de eventuais decisões proferidas nos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos; e (ii) apresentar ao Agente Fiduciário assim que disponível, cópia de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, acordos de leniência ou afins eventualmente celebrados, em que a Emissora ou qualquer de suas controladas, ou os respectivos administradores, empregados, agentes ou representantes estejam envolvidos;



- (nn) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;
- (oo) repassar às SPEs, nas mesmas condições ou em condições menos onerosas do que as da presente Emissão, os recursos obtidos com a presente Emissão até o 4º (quarto) Dia Útil contado da liquidação financeira da Oferta Restrita os quais deverão ser aplicados unicamente na execução do Projeto e/ou no reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionados ao Projeto;
- (pp) realizar até 14 de abril de 2016 aporte de capital nas SPEs em montante equivalente à diferença entre o valor obtido pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures e o montante máximo de R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais), caso aplicável;
- (qq) realizar aportes de capital nas SPEs e/ou no Projeto, conforme o caso, de forma a cobrir eventual insuficiência de capital necessário à implantação do Projeto;
- (rr) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer ativos e/ou recebíveis supervenientes do Projeto;
- (ss) incluir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como beneficiário nas Apólices de Seguro, o qual deverá fazer jus às indenizações eventualmente devidas em decorrência das referidas apólices, observado o regime de compartilhamento previsto na Cláusula 4.18 acima, e observados os termos do Contrato de Penhor de Aerogeradores, conforme aplicável;
- (tt) ressarcir os Debenturistas, independentemente de culpa, de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar em razão de dano ambiental decorrente do Projeto, bem como a indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano diretos que estes venham a sofrer em decorrência do referido dano ambiental;
- (uu) cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente de negociação operacionalizado pela CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário;
- (vv) contratar e manter contratada, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, uma das seguintes sociedades de auditores independentes para realizar a auditoria de suas demonstrações financeiras: (i) Ernst & Young Auditores



Independentes S/S; (ii) PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes; ou (iv) KPMG Auditores Independentes;

- (ww) informar ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da respectiva ocorrência, sobre quaisquer alterações nos requisitos para Conclusão do Projeto dispostos na Cláusula Décima Sétima do Contrato de Financiamento com o BNDES;
- (xx) observados os termos previstos na Cláusula 5.9 acima, não realizar qualquer alteração no Contrato de Financiamento com o BNDES que possa: (i) causar alterações nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, incluídos os pagamentos de amortização e remuneração das Debêntures; (ii) causar a antecipação do fluxo de pagamentos ao BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento com o BNDES; (iii) afetar a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (iv) afetar a capacidade da Emissora e/ou das SPEs em cumprir suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas;
- (yy) fazer com que quaisquer direitos emergentes que venha a receber decorrentes dos Contratos do Projeto dos quais a Emissora seja parte, conforme aplicável, com exceção daqueles direitos emergentes que já foram empenhados em garantia em favor dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.15.1, alínea (v) acima sejam depositados na Conta Centralizadora da São Títo (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding), por meio de envio de notificação às contrapartes dos respectivos contratos, sendo que a ciência das contrapartes dos respectivos Contratos do Projeto a respeito de tal obrigação deverá ser comprovada, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (zz) constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia que permitam ao Agente Fiduciário constituir, aperfeiçoar e executar as Garantias Reais bem como praticar todos os atos necessários ao exercício dos direitos previstos nos referidos contratos;
- (aaa) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada; e
- (bbb) consolidar a Escritura de Emissão sempre que ocorrer um aditamento e enviar cópia da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos para a ANBIMA em até 20 (vinte) dias contados de sua assinatura.

6.2. Obrigações das SPEs

6.2.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, as SPEs obrigam-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou em 5 (cinco) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas das SPEs relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes com registro válido na CVM;
- (b) distribuir à Emissora totalidade do lucro líquido ajustado, que tenha sido apurado a cada ano nas demonstrações financeiras mencionadas na alínea (a) acima;
- (c) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (d) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, sua situação financeira e os resultados de suas respectivas operações;
- (e) caso as SPEs sejam citadas no âmbito de uma ação que tenha como objetivo a declaração de invalidade ou ineficácia total ou parcial desta Escritura de Emissão, a as SPEs, conforme o caso, obrigam-se a tomar todas as medidas necessárias para contestar tal ação no prazo legal;
- (f) manter em vigor a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para viabilizar a operação e funcionamento de suas atividades ou que sejam relevantes de forma que sua não vigência possa afetar de forma significativa a implementação e desenvolvimento do Projeto;
- (g) oferecer em garantia aos Debenturistas, quaisquer recebíveis decorrentes de contratos de compra e venda de energia supervenientes do Projeto;
- (h) comprovar a contratação, antes do *Completion* Físico do Projeto, dos seguintes seguros, por seguradoras que possuam *rating* mínimo de BBB em escala global ou AA em escala local pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings, ou o seu equivalente pela Moody's, sendo certo que, para instituições financeiras que sejam filiais de instituições estrangeiras e não possuam avaliação de risco de crédito no Brasil, deverá ser considerado o *rating* em escala global de sua matriz, bem como a quitação dos



respectivos prêmios: (i) seguro na modalidade de responsabilidade civil, tendo como objeto a cobertura da responsabilidade legal das SPEs com relação a danos custos e despesas de indenizações decorrentes de morte ou lesão a terceiros e/ou com relação a danos a propriedade de terceiros causados pelo Projeto; e (ii) seguro patrimonial (*Property All Risks*), tendo como objeto a cobertura de máquinas e equipamentos permanentes, que deverá observar o disposto no item (i) abaixo;

- (i) incluir o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, como co-beneficiário nas Apólices de Seguro, o qual deverá fazer jus às indenizações eventualmente devidas em decorrência das referidas apólices, observado o regime de compartilhamento previsto na Cláusula 4.18 acima, e observados os termos do Contrato de Penhor de Aerogeradores, conforme aplicável;
- (j) adotar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, as medidas e ações necessárias destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pela execução do Projeto;
- (k) manter-se em situação regular com relação às suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), à ANEEL, ao MME e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), durante a vigência desta Escritura de Emissão;
- (l) cumprir e fazer com que as SPEs cumpram a Legislação Socioambiental, exceto (i) em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora e/ou pelas SPEs, desde que tal discussão gere efeito suspensivo; e (ii) no caso de eventual descumprimento, seja efetuada a reparação imposta ou necessária, a exclusivo critério dos Debenturistas, ou seja cumprida a pena imposta à Emissora;
- (m) observar, durante o período de vigência desta Escritura de Emissão, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- (n) permitir inspeção das obras do Projeto por parte de representantes do Agente Fiduciário, inclusive por terceiros contratados especificamente para este fim, com a aprovação prévia dos Debenturistas, observados os procedimentos e os prazos a serem definidos de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário;
- (o) não promover alterações em seus contratos/estatutos sociais de forma que cada SPE mantenha-se, durante toda a vigência da presente Escritura de Emissão, como uma sociedade de propósito específico voltada à finalidade de implementar sua fração no Projeto;



- (p) fazer com que quaisquer direitos emergentes que venha a receber decorrentes dos Contratos do Projeto dos quais cada SPE seja parte, com exceção daqueles direitos emergentes que já foram empenhados em garantia em favor dos Debenturistas, nos termos da Cláusula 4.15.1, alínea (v) acima sejam depositados na Conta Centralizadora da SPE (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios), por meio de envio de notificação às contrapartes dos respectivos contratos, sendo que a ciência das contrapartes dos respectivos Contratos do Projeto a respeito de tal obrigação deverá ser comprovada, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de celebração desta Escritura de Emissão;
- (q) constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia que permitam ao Agente Fiduciário constituir, aperfeiçoar e executar as Garantias Reais bem como praticar todos os atos necessários ao exercício dos direitos previstos nos referidos contratos; e
- (r) manter, a partir do *Completion* Físico e até a final liquidação das Debêntures, os aerogeradores de que trata a Cláusula 4.15.1, alínea (vi), em sua posse mansa e pacífica, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, inclusive fiscais, salvo com relação aos ônus previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Financiamento com o BNDES.

6.3. Obrigações dos Acionistas

- 6.3.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, os Acionistas obrigam-se, ainda, a:
- (a) caso haja sobrecusto na obra, prover mediante subscrição e integralização do capital social na Emissora, em moeda corrente, as insuficiências de recursos necessários à implantação do Projeto;
- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias da ciência de ato ou fato que possa vir a comprometer o Projeto, tais como ações judiciais ou procedimentos administrativos;
- (c) aportar, até o *Completion* Financeiro, recursos na Emissora, se necessário, para que esta possa garantir o preenchimento do saldo mínimo das contas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios das SPEs e no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Holding; e
- (d) constituir o Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, por meio de procurações outorgadas nos termos e prazos previstos nos Contratos de Garantia que permitam ao Agente Fiduciário constituir, aperfeiçoar e



executar as Garantias Reais bem como praticar todos os atos necessários ao exercício dos direitos previstos nos referidos contratos.

CLÁUSULA VII AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

- 7.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, as SPEs e os Acionistas.

7.2. Substituição

- 7.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias do evento que a determinar, deverá ser realizada Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la.
- 7.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (iii) da Cláusula 7.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante, convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.
- 7.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 7.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na JUCEC e nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados nas localidades descritas na Cláusula 2.5.1 desta Escritura de Emissão.
- 7.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções



até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.

- 7.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituído, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M/FGV.
- 7.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos desta Cláusula 7.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituída cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 7.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos aplicáveis da CVM.
- 7.3. Deveres**
- 7.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - (iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (v) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vi) informar os Debenturistas sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas da Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, das Fianças e das Fianças Bancárias, observado o disposto na Cláusula 7.7.1, (p) abaixo, observando, ainda, a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, das SPEs e dos Acionistas;
- (x) elaborar o relatório anual, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;



- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Oferta Restrita;
- (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (1) denominação da companhia ofertante; (2) valor da emissão; (3) quantidade de debêntures emitidas; (4) espécie; (5) prazo de vencimento das debêntures; (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- (l) pagamentos de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (xi) colocar o relatório de que trata a alínea (x) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora, no seu escritório, na CETIP e no endereços dos Coordenadores e publicar anúncio informando que o relatório encontra-se à disposição;
- (xii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas e itens constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daqueles que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (xiii) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (xiv) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante, à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante, a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e dos Debenturistas;
- (xvii) conforme necessário, orientar e acompanhar a Emissora no resgate das Debêntures, por conta do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (xix) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (xx) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) Dias Úteis de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada e/ou recebida;
- (xxi) disponibilizar o Valor Nominal Atualizado e os Juros Remuneratórios, calculados pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de sua página na rede mundial de computadores;
- (xxii) tomar todas as providências necessárias para exercício dos direitos e obrigações atribuídas no âmbito desta Escritura de Emissão; e
- (xxiii) assegurar, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo aos Debenturistas.

7.4. Atribuições Específicas

- 7.4.1. Observadas as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:



- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula 5.1 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (ii) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (iv) cobrar o pagamento das quantias devidas pela Emissora e/ou pelas SPEs, conforme o caso, no âmbito da Emissão e das Debêntures e executar as Garantias, nos termos previstos nos Contratos de Garantia, aplicando o respectivo produto na amortização ou liquidação integral das Debêntures e das obrigações da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

7.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (i), (ii) (iii) e (iv) da Cláusula 7.4.1 acima, se convocada a Assembleia Geral de Debenturistas e esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.4.1 inciso (v) acima.

7.4.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberados pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula VIII abaixo.

7.4.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

058828



- 7.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que forem deliberadas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e alterações posteriores, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.5. Remuneração do Agente Fiduciário

- 7.5.1. Será devido, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a título de implantação será devida parcela única de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) devida cinco dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão; (ii) a título de honorários pelo serviço de Agente Fiduciário serão devidas parcelas anuais de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo a primeira parcela devida cinco dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes.
- 7.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.
- 7.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGPM"), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata die*, se necessário.
- 7.5.4. Em caso de mora no pagamento da remuneração devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata die* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.



- 7.5.5. Os impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos às parcelas devidas ao Agente Fiduciário nas datas de cada pagamento.
- 7.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplementos não sanados pela Emissora.
- 7.5.7. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Data de Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como: (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das Garantias, (iii) comparecimento em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, e (v) celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, devendo tais valores ser pagos em até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de “relatório de horas” à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures, para fins deste item, os eventos relacionados à alteração (i) das Garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
- 7.5.8. No caso de eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, ou no caso de alteração nas características da Emissão ficará facultada a revisão dos honorários do Agente Fiduciário.

7.6. Despesas

- 7.6.1. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Debenturista.



- 7.6.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do Debenturista deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem também os gastos comprovados com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante do Debenturista. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência do Debenturista em ações judiciais serão suportadas pelo Debenturista, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento ao Debenturista para cobertura da referida sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário. Também será suportada pelos Debenturistas a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias.
- 7.6.3. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas aprovadas previamente e/ou reembolsadas pela Emissora caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.
- 7.6.4. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.6.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos contados da entrega à Emissora de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas, conforme expressamente disposto nas Cláusulas acima.

7.7. Declarações do Agente Fiduciário

7.7.1. O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) conhecer e aceitar integralmente esta Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) assegura, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo aos Debenturistas;
- (m) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (n) a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura de Emissão tem(têm) poderes bastantes para tanto;
- (o) que, com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto na alínea k, inciso XVII, artigo 12 da Instrução CVM 28, não atua como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora;
- (p) que verificará a constituição e exequibilidade das Garantias Reais nos termos da presente Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia; e



- (q) que a garantia real representada pelo penhor constituído nos termos do Contrato de Penhor de Ações da Emissora representa, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, 139% (cento e trinta e nove por cento) do valor total da Emissão, considerando o valor patrimonial das Ações da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA VIII ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Disposições Gerais

- 8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia(s) geral(is), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia(s) Geral(is) de Debenturistas"). As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas de forma presencial e, caso venha a ser regulamento pela CVM, poderão ser alternativamente realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação.
- 8.1.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.2. Convocação

- 8.2.1. As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação.
- 8.2.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 8.2.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.
- 8.2.4. As deliberações tomadas por Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes,



válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

- 8.2.5. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura para convocação, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.3. Quórum de Instalação

- 8.3.1. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de Debenturistas se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a maioria, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quórum de Debêntures em Circulação.

- 8.3.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), (b) controladoras (diretas ou indiretas) da Emissora ou sociedades sob controle comum, e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, incluindo seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau.

8.4. Quórum de Deliberação

- 8.4.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo, ou pelos demais quóruns expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que detenham pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria dos presentes.
- 8.4.2. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas que detenham, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures que implique alteração: (i) da Atualização Monetária ou dos Juros Remuneratórios, (ii) das



Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) da Data de Vencimento das Debêntures e da vigência das Debêntures, (iv) dos valores, montantes e Datas de Amortização das Debêntures, (v) da redação de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, inclusive sua exclusão; (vi) da alteração dos quóruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, (vii) das disposições desta Cláusula, (viii) das Garantias, (ix) criação de evento de repactuação, (x) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; amortizações extraordinárias facultativas, e (xi) da espécie das Debêntures.

8.4.2.1. Caso a Emissora, por qualquer motivo, solicite aos Debenturistas, antes da sua ocorrência, a concessão de renúncia prévia ou perdão temporário (*waiver*): (i) aos Eventos de Inadimplemento que acarretem o vencimento automático das Debêntures descritos na Cláusula 5.1, alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f), tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; e (ii) para os demais Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão, tal solicitação poderá ser aprovada por Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, salvo se previsto quórum mais elevado na hipótese de Evento de Inadimplemento em discussão, caso em que este deverá ser observado.

8.4.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

8.4.4. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar a quaisquer dos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.5. Mesa Diretora

8.5.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos por Debenturistas presentes (podendo, para tal finalidade, ser eleito o representante do Agente Fiduciário presente a qualquer Assembleia Geral de Debenturistas) ou àqueles que forem designados pela CVM.



CLÁUSULA IX
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS SPES E DOS
ACIONISTAS

- 9.1. A Emissora, as SPes e os Acionistas declaram e garantem, individualmente, que:
- (a) é sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social, com exceção do Salus FIP, que é um fundo de investimento em participações devidamente organizado, constituído e existente sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
 - (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (c) nesta data os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
 - (d) a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, bem como a constituição das Fianças, e a contratação das Fianças Bancárias não infringem, nesta data, nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de cada uma das SPes, exceto por aqueles ônus já existentes nesta data e os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (e) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil");
 - (f) a Emissora e/ou as SPes, conforme o caso, têm todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora ou as SPes não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que



tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, exceto para as quais a Emissora ou cada uma das SPEs possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua atuação sem as referidas licenças ou se nos casos em que tais licenças estejam em processo legal de renovação;

- (g) as ações a serem empenhadas, os direitos creditórios e direitos emergentes a serem cedidos fiduciariamente e/ou empenhados, conforme o caso, com exceção dos aerogeradores, que deverão observar a Cláusula 6.2.1, alínea (r), desta Escritura de Emissão existem, são de sua titularidade, e estão livres e desembaraçados de qualquer ônus, com exceção dos ônus constituídos em favor dos fiadores do Contrato de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas das Fianças Bancárias, ônus estes que estarão desconstituídos na Data de Subscrição, e exceto pelas próprias Garantias Reais a serem constituídas conforme previsão desta Escritura de Emissão e do Contrato de Financiamento do BNDES;
- (h) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em “Efeito Adverso Relevante”, definido como a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que afetem, de modo adverso e relevante (a) o Projeto, os negócios, as operações, as propriedades ou os resultados da Emissora e das SPEs, (b) a validade ou exequibilidade dos documentos relacionados às Debêntures, inclusive os Contratos de Garantia; ou (c) a capacidade da Emissora e/ou das SPEs, conforme aplicável, em cumprir pontualmente suas obrigações financeiras ou de implantação do Projeto aqui previstas;
- (i) as demonstrações financeiras da Emissora e de cada uma das SPEs, datadas de 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e de cada uma das SPEs nas datas respectivas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora e de cada uma das SPEs. Desde a data das demonstrações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014 e até a presente data não houve nenhum Efeito Adverso Relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora ou as SPEs, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para as SPEs, não houve declaração ou pagamento pela Emissora e/ou pelas SPEs de dividendos, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora ou das SPEs, bem como a Emissora ou cada uma das SPEs não contratou novas dívidas;
- (j) a Emissora é legítima proprietária da totalidade das ações que compõem o capital social das SPEs, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus

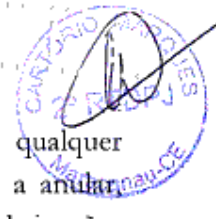


ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor dos fiadores do Contrato de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas da Fiança Bancária, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais, conforme aplicável;

- (k) os Acionistas são legítimos proprietários da totalidade das ações que compõem o capital social da Emissora, que se encontram livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza, não tendo sido dadas em garantia, a qualquer título, de qualquer outra dívida assumida previamente à celebração desta Escritura de Emissão, com exceção do ônus constituídos em favor dos fiadores do Contrato de Financiamento com o BNDES e das instituições financeiras emissoras das cartas de fiança representativas das Fianças Bancárias, ônus estes que estarão desconstituídos na data de constituição das Garantias Reais, conforme aplicável;
- (l) os Contratos do Projeto foram devidamente firmados, constituindo obrigações válidas, eficazes, exequíveis e vinculantes de suas respectivas partes contratantes, de acordo com os prazos contratuais previstos;
- (m) nesta data a Emissora não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente, inclusive de natureza ambiental, envolvendo ou que possa afetar a Emissora e/ou as SPEs perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro referentes ao Projeto que possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- (n) exceto conforme mencionado na Cláusula 7.7.1, inciso (o), acima, a Emissora não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) cumpre a legislação em vigor, em especial a legislação e regulamentação trabalhista, previdenciária e ambiental, de forma que (i) não utiliza, direta ou indiretamente, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil; (ii) os trabalhadores são devidamente registrados nos termos da legislação em vigor; (iii) cumpre as obrigações decorrentes dos respectivos contratos de trabalho e da legislação trabalhista e previdenciária em vigor; (iv) cumpre a legislação aplicável à proteção do meio ambiente, bem como à saúde e segurança do trabalho; (v) detém todas as permissões, licenças, autorizações e aprovações necessárias para o regular exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação ambiental aplicável; e (vi) possui todos os registros necessários, em conformidade com a legislação civil e ambiental aplicável;



- (p) nesta data, nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro das Debêntures junto aos sistemas de distribuição, negociação e custódia eletrônica da CETIP, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação, (ii) pelo arquivamento, na JUCEC, e pela publicação nos Jornais de Publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das atas das AGEs da Emissora; (iii) pela inscrição desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCEC e seu registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes; (iv) celebração e registro, conforme o caso, dos Contratos de Garantia, nos termos e prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e (v) emissão e publicação das Portarias no DOU;
- (q) as informações prestadas até o encerramento da Oferta Restrita com a divulgação no site da CVM do comunicado de encerramento são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em subscrever ou adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora e das SPEs suas respectivas atividades e situações financeiras, das responsabilidades da Emissora e das SPEs, além dos riscos a suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões de investimento dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável;
- (r) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (s) cumpre as condicionantes ambientais constantes das licenças ambientais do Projeto e estão em situação regular com suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente;
- (t) a Emissora e cada uma das SPEs possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos;
- (u) mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes de mercado;
- (v) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do ICSD, das taxas de retorno do Tesouro IPCA 2022, divulgada pela ANBIMA, e que a forma de cálculo de remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade, em observância ao princípio da boa-fé;



- (w) inexistente descumprimento de qualquer disposição contratual, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral, em qualquer dos casos, visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar qualquer das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (x) está cumprindo as leis, regulamentos e políticas anticorrupção a que está submetida, bem como as determinações e regras emanadas por qualquer órgão ou entidade governamental a que esteja sujeita, que tenham por finalidade o combate ou a mitigação dos riscos relacionados a práticas corruptas, atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou contra o Sistema Financeiro Nacional, o Mercado de Capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, incluindo, sem limitação, atos ilícitos que possam ensejar responsabilidade administrativa, civil ou criminal nos termos das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, nº 7.492, de 16 de junho de 1986, nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (ou outras normas de licitações e contratos da administração pública), nº 9.613, de 3 de março de 1998, nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- (y) até a presente data, preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o seu conhecimento devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações, sendo certo que todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma por si, ou por suas controladas, ou, ainda, impostas a si ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto em relação àquelas matérias que estejam sendo, de boa-fé, discutidas judicial ou administrativamente pela Emissora ou não afetam o andamento do Projeto ou a sua operação e não possam causar um Efeito Adverso Relevante;
- (z) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos das Portarias; e
- (aa) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.
- 9.2. As declarações e garantias prestadas pela Emissora, pelas SPEs e pelos Acionistas nesta Escritura de Emissão deverão ser válidas, ficando os declarantes responsáveis por eventuais prejuízos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações, sem prejuízo do direito do Agente Fiduciário de declarar vencidas



antecipadamente todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula V acima.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Comunicações

10.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 154
Maracanaú, CE
CEP 61.939-906

At.: Sr. Ivan Hong // Sra. Manuela Mauler

Telefone: (11) 4084-4200

Fax: (11) 4084-4201

E-mail: estruturação@casadosventos.com.br

Para as SPEs:

Av. Brigadeiro Faria Lima 2055, 12º andar
São Paulo, SP
CEP: 01452-001

At.: Sr. Ivan Hong // Sra. Manuela Mauler

Telefone: (11) 4084-4200

Fax: (11) 4084-4201

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown
CEP: 22640-100
Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

058828



Para o Banco Liquidante e Escriturador:

BANCO CITIBANK S.A.

Avenida Paulista, nº 1.111, 12º andar

São Paulo, SP

CEP 01311-920

At.: Área de Operações Agency&Trust (Alberto Kobaiashi / Ricardo Lopes)

Tel.: (11) 4009-7811 / (11) 4009-7169

E-mail: agency.trust@citi.com / alberto.kobaiashi@citi.com

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

São Paulo, SP

CEP 01452-001

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

Para o Salus FIP:

SALUS – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Ao seu administrador: **BANCO PETRA S.A.**

Rua Pasteur, nº 463, 11º andar

Curitiba, PR

CEP: 80250-104

At.: Sr. Gleyson dos Santos

Telefone: (41) 3074-0909

E-mail: admfundos@bancopetra.com.br

com cópia para Santo Onofre:

VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima 2055, 12º andar

São Paulo, SP

CEP: 01452-001

At.: Sr. Ivan Hong // Sra. Manuela Mauler

Telefone: (11) 4084-4200

Fax: (11) 4084-4201

E-mail: estruturação@casadosventos.com.br

Handwritten signature in blue ink.



Para a Santo Onofre:

VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima 2055, 12º andar

São Paulo, SP

CEP: 01452-001

At.: Sr. Ivan Hong // Sra. Manuela Mauler

Telefone: (11) 4084-4200

Fax: (11) 4084-4201

E-mail: estruturação@casadosventos.com.br

Para o BNDES:

Endereço: Av. República do Chile, nº 100, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20031-917

At.: Ligia Barros das Chagas Ferreira - Chefe do Departamento de Energias Alternativas

Telefone: (21) 3747-9065

E-mail: ligiachagas@bndes.gov.br

10.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

10.2. Renúncia

10.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



10.3. Independência das Disposições da Escritura de Emissão

- 10.3.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

- 10.4.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

10.5. Cômputo do Prazo

- 10.5.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

10.6. Despesas

- 10.6.1. A Emissora arcará com todos os custos da Emissão, inclusive: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, os Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento de Garantias, a Fiança Bancária e as AGEs da Emissora.

10.7. Lei Aplicável

- 10.7.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



10.8. Foro

10.8.1. Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Maracanaú, 27 de novembro de 2015.

[REMANEÇA DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



058828

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

Nome: **Mario A. Alencar Araripe**
Cargo: **Presidente**

Nome: **Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe**
Cargo: **Diretor**

340 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
RUA FREI CANECA, 571 - CEP: 05307-007 - FONE: (011) 3155-1433 / 3171-1433 - E-MAIL: 3@cesarparis.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) **MARIO ALENCAR ARARIPE** e (1) **LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE**, em documento com valor econômico, dou fé.

São Paulo, 01 de dezembro de 2015.

Em Teste da verdade. Cód.: 2007073415574000131820

ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (01e 2: Total R\$ 14,00)
Selo(s): 2 Atos: 1028AA-267355

Alfredo Henrique G...
Escrivente Autorizado

Protocolado sob o nº 13316 e registrado em Títulos e Documentos sob o nº 58828
Maracanã/CE, 02 de dezembro de 2015. Emol. R\$ 798,11 FERTIQU R\$ 46,17
SELO R\$ 3,82 ISS R\$ 15,97 FAADep R\$ 37,91
Aposto o selo nº AG515025 na 1ª via.
WANDA MEDRADO SA FARIAS - Escrevente Autorizada



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015

SOB Nº: 20152923276

Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015

Empresa: 23 3 0003442 2

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-CERAL



058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

S.A.

Nome: _____
Cargo: _____

Sonia Regina Menezes
Procuradora

Nome: _____
Cargo: _____

Leonardo Caires P. Moreira
Procurador

2 notário

Rua Joaquim Floriano, 839 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-011 - fone: 11 30711-1836

ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião

Reconheço por semelhança as firmas dos (1) **SONIA REGINA MENEZES** e (1) **LEONARDO CAIRES PIRES MOREIRA**, no documento em valor econômico, por fê.
São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
Em Teste _____ da verdade. Ccd. (-1218795917115932410453-2429)

PAULO HENRIQUE MOREIRA - Escrevente Autenticado
Rua Joaquim Floriano, 839 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-011 - fone: 11 30711-1836

20 cartório

PAULO HENRIQUE MOREIRA
Escrevente Autenticado
Rua Joaquim Floriano, 839 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-011 - fone: 11 30711-1836

1077AA635893

Reconheço por semelhança as firmas dos (1) **SONIA REGINA MENEZES** e (1) **LEONARDO CAIRES PIRES MOREIRA**, no documento em valor econômico, por fê.
São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
Em Teste _____ da verdade. Ccd. (-1218795917115932410453-2429)

PAULO HENRIQUE MOREIRA - Escrevente Autenticado
Rua Joaquim Floriano, 839 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-011 - fone: 11 30711-1836

20 cartório

PAULO HENRIQUE MOREIRA
Escrevente Autenticado
Rua Joaquim Floriano, 839 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-011 - fone: 11 30711-1836

1077AA635893



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE

CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015

SOB Nº: 20152923276

Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015

Empresa: 23 3 0003442 2

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTA JOANA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: **Mario A. Alencar Araripe**
Cargo: **Presidente**

Nome: **Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe**
Cargo: **Director**

2710 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MARIO ARAUJO ALENCAR ARARIPE e (1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
Em Teste da verdade. Cód.: 2005171615574000131820
ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Old 2:Tr
Selo(s): 2 Atos:1028AA-267354

Alfredo Henrique Galis,
Escrevente Autorizado



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
SOB Nº. 20152923276
Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
Empresa: 23 3 0003442 2
VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A
HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

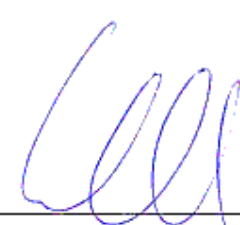



058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTA JOANA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.


 Nome: **Mario A. Alencar Araripe**
 Cargo: **Presidente**


 Nome: **Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe**
 Cargo: **Diretor**


 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CÉSAR - SÃO PAULO/SP
 RUA FREDERICO LUTZ - CEP: 01307-011 - FONE: (11) 3155-1433 (5 linhas) - E-MAIL: 34ccesar@certa.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MARIO ALENCAR ARARIPE e (1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico, dou fé.

São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
 Em Teste da verdade. Cód.: 2009403015574000131820

ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial
 Válido somente com selo de autenticidade. (Otd 2: Total
 Selo(s): 2 Atos: 1028AA-267353




 Alfredo Henrique Galisi
 Escrevente Autorizado



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE

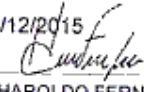
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015

SOB Nº: 20152923276

Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015

Empresa: 23 3 0003442 2

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A


 HAROLDO FERNANDES MOREIRA
 SECRETARIO-GERAL



058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTA JOANA VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: **Mario A. Alencar Araripe**
Cargo: **Presidente**

Nome: **Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe**
Cargo: **Diretor**

340 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CÉSAR - SÃO PAULO/SP
RUA FREI CANECA, 371 - CEP: 01171-401 - FONE (11) 5155-1433 / 5171-1433 - E-MAIL: 34cesar@terra.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MARIO ARAUJO ALENCAR ARARIPE e (1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico, dou fé.

São Paulo, 01 de dezembro de 2015.

Em Teste da verdade. Cód. 2009131315574000131820

ADOLPHO JOSÉ VASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Qtde 2: Total 1)
Selo(s): 1 Atnc: 1028AA-267352

Alfredo Henrique Galisi
Escrivente Autorizado



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
SOB Nº. 20152923276
Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
Empresa: 23 3 0003442 2
VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTA JOANA XIV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: **Mario A. Alencar Araripe**
Cargo: **Presidente**

Nome: **Lucas Bezerra de Menezes Araripe**
Cargo: **Diretor**

3/10 OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
RUA FREI LANCELA 371 - CEP: 01217-401 - FONE: (11) 3195-1433 / 3174-1433 - E-MAIL: 34ccesar@terra.com.br
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MARIO ARAUJO ALENCAR ARARIPE e (1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico, deu fé.
São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
Em Teste da verdade. Cód.: 2008196315574000131820

ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (010 2:Total
Selo(s): 2 Atos:1028AA-267351

Alfredo Henrique Galisi
Escritor Autorizado



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA -SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
SOB Nº: 20152923276
Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
Empresa: 23 3 0003442 2
VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A
HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL

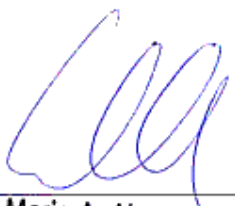



058828





(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTO ONOFRE I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



 Nome: **Mario A. Alencar Araripe**
 Cargo: **Presidente**


 Nome: **Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe**
 Cargo: **Diretor**


 Reconheço por semelhança as firmas de (1) MARIO ARAUJO ALENCAR ARARIPE e (1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico, dou fé.
 São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
 Em Teste da verdade. Cód.: 2013738915574000131020
 ADOLFO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial
 Válido somente com selo de autenticidade. (Rto 2: Total)
 Selo(s): 2 Atos: 1028AA-267350


 Alfredo Henrique Galvão
 Escrevente Autorizado




 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
 SOB Nº: 20152923276
 Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
 Empresa: 23 3 0003442 2
 VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A
 HAROLDO FERNANDES MOREIRA
 SECRETARIO-GERAL



058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTO ONOFRE II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: Mario A. Alencar Araripe
Cargo: Presidente

Nome: Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe
Cargo: Diretor

3/10

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CESAR - SAO PAULO/SP
RUA FREI CAVALCA 171 - CEP: 01317-001 - FONE: (11) 3195-1433 / 3171-1433 - E-MAIL: 34cc@saopaulo.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MARIO ARAUJO ALENCAR ARARIPE e (1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico, dou fé.

São Paulo, 01 de dezembro de 2015.

Em Teste _____ da verdade. Cód.: 2003334115574000131820

ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Dtd 2:Total)
Selo(s): 2 Atos: 1028AA-267349

15303
FIRMA
VALOR ECONOMICO 2
1028AA267349

QUEIRA CESAR
349
SAO PAULO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA -SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
SOB Nº: 20152923276
Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
Empresa: 23 3 0003442 2
VENTOS DE SAO TITO HOLDING S A

HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTO ONOFRE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

[Handwritten signature of Mario A. Alencar Araripe]



Nome: **Mario A. Alencar Araripe**
Cargo: **Presidente**

[Handwritten signature of Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe]



Nome: **Lucas Bezerra de Menezes Alencar Araripe**
Cargo: **Diretor**

34º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CÉSAR - SÃO PAULO/SP
RUA FREDERICO CANECA, 371 - CEP: 01107-001 - FONE: (11) 3195-1433 / 3171-1472 - E-MAIL: sac@cerqueira.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MARIO ARAUJO ALENCAR ARARIPE e (1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico, dou fé.

São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
Em Teste _____ da verdade. Cód.: 2010195615574000131820

ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Ord 2: Total)
Selo(s): 2 Atos: 1028AA-267348

[Handwritten signature of Adolpho Jose Bastos da Cunha]

Escritório Autorizado

34º CERQUEIRA CÉSAR
SUBDISTRITO

175303
PRIMA
VALOR ECONÔMICO 2
1028AA267348



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
SOB Nº: 20152923276
Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
Empresa: 23 3 0003442 2
VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A

[Handwritten signature of Haroldo Fernandes Moreira]
HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL





058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")


SALUS – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES


 Nome: FELIPE BORGES MOREIRA Nome: _____
 Cargo: PROCURADOR Cargo: _____


 Reconheço, por semelhança, a firma de: 01 FELIPE BORGES MOREIRA, em documento com valor econômico, dou fé.
 São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
 Em Teste _____ da verdade. Cod.: 2002634216013700181542
 ADOLPHO JOSÉ BASTOS DA CUNHA - Oficial
 Válido somente com selo de autenticidade 1014 1: Total R\$
 Selo(s): 1 Ato: 1028AA-476230


 Henrique Henrique Galisi
 Escrevente Autorizado




 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ - SEDE
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
 SOB Nº: 20152923276
 Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
 Empresa: 23 3 0003442 2
 VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A. - HAROLDO FERNANDES MOREIRA
 SECRETARIO-GERAL



058828



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome: [Assinatura]
Cargo: **Clécio Antonio Campodonio Eloy**
Diretor

Nome: [Assinatura]
Cargo: **Lucas Bezerra de Menezes Aleripe**
Diretor

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
Reconheço por assinatura as firmas de: (1) CLÉCIO ANTONIO CAMPODONIO ELOY e
(1) LUCAS BEZERRA DE MENEZES ALENCAR ARARIPE, em documento com valor econômico,
do fe.
São Paulo, 01 de dezembro de 2015.
Em Teste da verdade. Cód.: 2004448916032200127621
ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA - Oficial
Válido somente com selo de autenticidade. (Rtd 2:To
Selo(s): 2 Atos:1028AA-267391

Henrique Gallsi
Escrivente Autorizado



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARA -SEDE
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/12/2015
SOB Nº: 20152923276
Protocolo: 15/292327-6, DE 03/12/2015
Empresa: 23 3 0003442 2
VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S A
HAROLDO FERNANDES MOREIRA
SECRETARIO-GERAL



058828

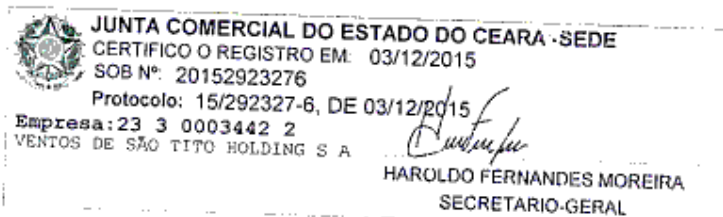


(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

Testemunhas:

Nome: **Manuela Mauler**
CPF: 006.832.340-89
RG: 3060383262-SJS/RS

Nome: **Dione Sandrini**
CPF: 255.313.258-19
RG: 27.247.325-X





ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

MINUTA DE ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

Pelo presente instrumento,

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 154, CEP 61.939-906, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.875.156/0001-19, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 - Grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s), na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo) ("Agente Fiduciário");

VENTOS DE SANTA JOANA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 166, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.023.213/0001-67, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE I");

VENTOS DE SANTA JOANA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 167, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.818/0001-33, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("SPE II");



VENTOS DE SANTA JOANA VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 168, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.356/0001-54, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE III”);

VENTOS DE SANTA JOANA XIV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 169, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.023.513/0001-46, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE IV”);

VENTOS DE SANTO ONOFRE I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 170, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.138/0001-10, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE V”);

VENTOS DE SANTO ONOFRE II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 171, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.022.974/0001-02, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE VI”);

VENTOS DE SANTO ONOFRE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 172, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.023.342/0001-55, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados (“SPE VII” e, em conjunto com SPE I, SPE II, SPE III, SPE IV, SPE V e SPE VI, simplesmente “SPEs”);

SALUS – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento constituído sob a forma de fundo fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.910.984/0001-12, administrado pelo Banco Petra S.A., instituição financeira, com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.758.741/0001-52, neste ato representado por seus representantes legais devidamente autorizados (“Salus FIP”);

VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 124, CEP 61.939-906, inscrita no CNPJ/MF sob

3
car



o nº 16.712.607/0001-34, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Santo Onofre" e, em conjunto com Salus FIP, "Acionistas");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário, as SPEs e os Acionistas designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

CONSIDERANDO QUE:

- (i) as Partes celebraram em 27 de novembro de 2015 o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A. ("Escritura de Emissão") estabelecendo a emissão de 111.000 (cento e onze mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da 1ª (primeira) emissão da Emissora, todas com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na data de emissão, qual seja, 15 de setembro de 2015, perfazendo o montante total de R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) conforme aprovado pelos acionistas da Emissora reunidos em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 14 de setembro de 2015 e rerratificada em 06 de novembro de 2015 ("AGEs da Emissora");
- (ii) foi realizado Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Escritura de Emissão), a fim de definir a alocação final das Debêntures, estando as Partes autorizadas e obrigadas a celebrar aditamento à Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 4.2.2.3 da Escritura de Emissão, de forma a refletir a taxa final consolidada aplicada aos Juros Remuneratórios, conforme o percentual do Tesouro IPCA 2022 verificada no Dia Útil imediatamente anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, sem a necessidade, para tanto, de prévia aprovação societária da Emissora, das SPEs e/ou das Acionistas, tendo em vista que a sobretaxa incidente sobre o Tesouro IPCA 2022 (conforme definido na Escritura de Emissão) já havia sido deliberada por meio das AGEs da Emissora e consta das deliberações adotadas nas Reuniões de Diretoria das SPEs, na AGC Salus FIP e na RD Santa Brígida (conforme definidas na Escritura de Emissão); e
- (iii) as Debêntures ainda não foram subscritas e integralizadas, observado que não se faz necessária a realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido na Escritura de Emissão) para aprovar as matérias do presente Aditamento (conforme abaixo definido);

vêm por esta e na melhor forma de direito, aditar e consolidar a Escritura de Emissão por meio do presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª

(Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.” (“Aditamento”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA I ALTERAÇÕES

- 1.1 As Partes resolvem alterar a redação das Cláusulas 1.1.1, 1.2.1, 1.2.2, 2.1.1, 2.2.1, 2.2.2 e 2.3.1 da Escritura de Emissão para o fim de informar acerca dos registros e publicações dos atos societários mencionados nas referidas cláusulas, passando tais cláusulas a vigorar com a seguinte redação:

“1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 14 de setembro de 2015, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará (“JUCEC”) em [●] de [●] de [●], sob o nº [●], conforme rerratificada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora, realizada em 06 de novembro de 2015, devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●] (“AGEs da Emissora”), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definidos na Cláusula II abaixo), bem como seus termos e condições nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (b) a outorga, na forma compartilhada descrita na Cláusula 4.18 abaixo: (b.1) do penhor de ações de emissão das SPEs de titularidade da Emissora e (b.2) da cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Emissora (na qualidade de cessionária por força dos contratos de cessão de direitos creditórios celebrados com as SPEs em 2 de janeiro de 2015) sobre todos os direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos direitos de crédito decorrentes dos CERs (conforme definido no item (iv) da Cláusula 4.15.1 abaixo) e das Contas Controladas (conforme abaixo definido); e (c) a autorização à Diretoria da Emissora a adotar todos e quaisquer atos e a assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização das deliberações das AGEs da Emissora, especialmente para realização da Oferta Restrita e da Emissão, incluindo esta Escritura de Emissão e seus aditamentos, bem como ratificação de todos e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela Diretoria da Emissora para a implementação da Oferta Restrita, da Emissão e da constituição das garantias necessárias.”

“1.2.1. As Fianças (conforme definidas na Cláusula 4.16.1 abaixo), as Garantias Reais (conforme definidas na Cláusula 4.15.1 abaixo), com exceção do penhor de ações de emissão das SPEs e da Emissora, em regime de compartilhamento, conforme previsto na Cláusula 4.18 abaixo, bem como a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, descritas na Cláusula 6.2 abaixo, foram aprovadas pelas SPEs conforme deliberações tomadas nas Reuniões de Diretorias realizadas em 06 de novembro de 2015 (em conjunto, “Reuniões de Diretoria das SPEs”): (i) pela





SPE I, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●]; (ii) pela SPE II, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●]; (iii) pela SPE III, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●]; (iv) pela SPE IV, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●]; (v) pela SPE V, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●]; (vi) pela SPE VI, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●]; e (vii) pela SPE VII, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●].”

“1.2.2. O penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e de propriedade do Salus FIP e da Santo Onofre, bem como a assunção das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão descritas na Cláusula 6.3 abaixo, em especial a de efetivar os aportes de recursos na Emissora (conforme alíneas (a) e (c) da Cláusula 6.3.1 abaixo), foram aprovados com base na deliberação da: (i) assembleia geral de cotistas do Salus FIP, realizada em 06 de novembro de 2015 (“AGC Salus FIP”) cuja ata foi devidamente registradas no [●] Registro de Títulos e Documentos da Cidade Curitiba, Estado do Paraná, sob o nº [●], em [●] de [●] de [●]; e (ii) reunião de diretoria da Santo Onofre, realizada em 06 de novembro de 2015, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCEC em [●] de [●] de [●], sob o nº [●] (“RD Santo Onofre”).”

“2.1.1. Nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações, as atas das AGEs da Emissora foram arquivadas na JUCEC, nas datas indicadas na Cláusula 1.1.1 acima, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal “O Estado” (“Jornais de Publicação”) nas respectivas edições de [●] de [●] de [●] e de [●] de [●] de [●].”

“2.2.1. As atas das Reuniões de Diretoria das SPEs e da RD Santo Onofre foram arquivadas perante a JUCEC, nas datas indicadas nas Cláusulas 1.2.1 e 1.2.2 acima, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal “O Estado” nas respectivas edições de [●] de [●] de 2015 e de [●] de [●] de 2015.

2.2.2. A ata da AGC Salus FIP foi registrada na data e sob o nº indicado na Cláusula 1.2.2 acima e divulgadas na página da rede mundial de computadores da CVM.”

“2.3.1. Esta Escritura de Emissão foi inscrita na JUCEC sob o nº [●], em [●] de [●] de [●], observado que seus eventuais aditamentos também serão averbados na JUCEC, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da respectiva data de assinatura. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos arquivadas na JUCEC em até 5 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.”

1.2 As Partes resolvem alterar a Cláusula 4.2.2 para o fim de refletir a taxa final aplicada



aos Juros Remuneratórios, para tanto resolvem excluir a Cláusula 4.2.2.3 e alterar a redação das Cláusulas 4.2.2.1 e 4.2.2.2 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“4.2.2. Juros Remuneratórios das Debêntures:

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão juros remuneratórios correspondentes a $[\bullet]\%$ ($[\bullet]$ por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) (“Juros Remuneratórios”).

4.2.2.2 Os Juros Remuneratórios serão incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Subscrição, da Data de Incorporação (conforme abaixo definido) ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e incorporados ou pagos, conforme aplicável, ao final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado em regime de capitalização composta pro rata temporis por Dias Úteis de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = $[\bullet]\%$;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição, Data de Incorporação, ou última data de pagamento dos Juros Remuneratórios e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.”



CLÁUSULA II DISPOSIÇÕES GERAIS

- 2.1 Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas que não sejam expressamente definidos no presente Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
- 2.2 Todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito. Dessa forma, a Escritura de Emissão consolidada passa a vigorar conforme disposto no Anexo A.
- 2.3 A Emissora, as SPEs e as Acionistas declaram e garantem, individualmente, que as declarações prestadas na Cláusula 9.1 da Escritura de Emissão permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data de assinatura deste Aditamento.
- 2.4 Este Aditamento será averbado na Junta Comercial do Estado do Ceará ("JUCEC"), conforme disposto no artigo 62, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data de assinatura deste documento. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Aditamento devidamente arquivado na JUCEC em até 5 (cinco) dias após o respectivo arquivamento.
- 2.5 Nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, em virtude das garantias fidejussórias avençadas na Cláusula 4.16.1 da Escritura de Emissão, a Emissora deverá, no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do presente Aditamento, obter o seu registro perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e na Cidade Curitiba, Estado do Paraná. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original deste Aditamento em até 5 (cinco) Dias Úteis após os respectivos registros.
- 2.6 Caso qualquer das disposições deste Aditamento venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 2.7 Este Aditamento, a Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento, da Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica,

Handwritten signature and initials in blue ink.



submetendo-se às disposições dos artigos 461 e 632 e seguintes da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste Aditamento.

- 2.8 A Emissora arcará com todos os custos de registro e arquivamento deste Aditamento de acordo com os termos definidos na Escritura de Emissão.
- 2.9 Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.
- 2.10 Fica eleito o foro central da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maracanaú, [●] de [●] de [●].

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]

25
5

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Handwritten signature in blue ink.

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
S.A.**

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

N
Q
F

058828

11/11/2011

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SANTA JOANA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[Handwritten signature]

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SANTA JOANA VI ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

~
R
5

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SANTA JOANA VIII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

5
p
5

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SANTA JOANA XIV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Handwritten signature and initials in blue ink.

058828

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")

VENTOS DE SANTO ONOFRE I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.



Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

058828

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SANTO ONOFRE II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

12
5

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SANTO ONOFRE III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



SALUS – FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Handwritten signature and initials in blue ink.

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



VENTOS DE SANTO ONOFRE ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Handwritten signature and initials in blue ink.

058828

(Página de Assinatura do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.")



Testemunhas:

Nome: **Manuela Mauler**
CPF: 006.832.340-99
RG 3066363262-SJS/RS

Nome: _____
CPF: _____

058828

ANEXO A AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

ANEXO II AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA

CARTA DE FIANÇA Nº [●]



[●],[●]/[●]/201[●].

À

[Agente Fiduciário]

[endereço do agente fiduciário]

CEP [●], [Município], [Estado]

At.: Srs. [●]

Ref.: CARTA DE FIANÇA Nº [●]

Prezados Senhores,

Por este instrumento, [●], instituição financeira com sede na Cidade de [●], Estado do [●], no endereço [●], CEP [●], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº [●], por seus representantes legais (“Fiador”), obriga-se, como fiador e principal pagador, a cumprir as obrigações assumidas pela **VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 154, CEP 61.939-906, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 17.875.156/0001-19 (“Emissora”), no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos da Emissora. (“Emissão”), cujas condições e características são descritas no “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A.”, celebrado em 27 de novembro de 2015, entre a Emissora, o Agente Fiduciário (conforme abaixo qualificado) e terceiros, a ser devidamente registrado perante a Junta Comercial do Estado do Ceará, conforme o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Escritura de Emissão”), Escritura de



Emissão esta que o Fiador declara conhecer e pela qual a Emissora emitiu 111.000 (cento e onze mil) debêntures (“Debêntures”), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 111.000.000,00 (cento e onze milhões de reais) na data de emissão das Debêntures, qual seja 15 de setembro de 2015 (“Data de Emissão”), [sendo o Fiador responsável pelo total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures e devida nos termos da Escritura de Emissão *[OU]* sendo limitada a responsabilidade do Fiador, à quantia de R\$ [●] ([●]), na data-base de 15 de setembro de 2015], acrescida da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures na execução da presente fiança.

A presente fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável, até [●] de [●] de [●] *[obs.: a data a ser fixada deverá corresponder ao prazo estabelecido na Escritura de Emissão para validade das cartas de fiança]*, em favor dos titulares das Debêntures objeto da Emissão, representados pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 - Grupo 205, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Agente Fiduciário”), renunciando o Fiador aos benefícios de que tratam os artigos 366, 827 e 838 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, estabelecido que qualquer alteração no prazo ou no valor da presente fiança depende sempre da anuência prévia do Fiador, responsabilizando-se o Fiador solidariamente com a Emissora pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, e comprometendo-se, na hipótese de inadimplemento por parte da Emissora, a honrar as obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, observado o limite de responsabilidade mencionado no parágrafo primeiro da presente carta de fiança, acrescido da Atualização Monetária, dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário, e despesas judiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares das Debêntures na execução da presente fiança, dentro do prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir do recebimento da notificação com aviso de recebimento realizada pelo Agente Fiduciário, informando sobre o inadimplemento, a ser encaminhada ao Fiador, no endereço: [●], com cópia para a Emissora.

O Fiador declara que a concessão da fiança está dentro dos limites autorizados pelo Banco Central do Brasil.

A presente carta de fiança será registrada pelo Fiador, às expensas da Emissora, nos respectivos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos dos domicílios do Agente Fiduciário e do Fiador, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada. O Fiador enviará ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente

058828



carta de fiança, ou ainda de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados, em até 5 (cinco) dias após a obtenção dos registros nos Cartórios.

Os termos em letras maiúsculas ou com iniciais maiúsculas empregados e que não estejam de outra forma definidos nesta carta de fiança são aqui utilizados com o significado correspondente a eles atribuído na Escritura de Emissão.

Isto posto, firma esta em 1 (uma) via original e 2 (duas) cópias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

FIADOR(A):

[FIADOR]

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Handwritten signature

Handwritten mark

ANEXO III AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

MODELO DE CARTA DE CUMPRIMENTO DE COMPLETION

Maracanaú, [●] de [●] de [●].

À
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown

CEP: 22640-100

Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Ref.: [Conclusão Física (*Completion* Físico) / Conclusão Financeira (*Completion* Financeiro) do Projeto]

Prezados Senhores,

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Rodovia Doutor Mendel Steinbruch, SN, KM 08, Sala 154, CEP 61.939-906, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 17.875.156/0001-19, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados ("Emissora"), declara, para todos os fins de direito: (i) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e a inexistência de descumprimento de quaisquer obrigações perante os Debenturistas; e (ii) a ocorrência do [*Completion* Físico / *Completion* Financeiro] do Projeto, tendo em vista a ocorrência cumulativa das seguintes condições:

[*Condições de Completion Físico/Financeiro previstas na Escritura de Emissão*]

Ainda, em observância à Cláusula 4.16.2.5 do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Ventos de São Tito Holding S.A." ("Escritura de Emissão"), a Emissora comunica que o BNDES verificou a ocorrência do [*Completion* Físico / *Completion* Financeiro], nos termos da correspondência anexa à presente declaração.

Em anexo a esta declaração seguem os documentos que comprovam a ocorrência das condições acima listadas.



058828

A Emissora vem, assim, por meio da presente, solicitar ao Agente Fiduciário a formalização da liberação da Fiança Bancária prestada nos termos da Cláusula 4.16 da Escritura de Emissão.



Atenciosamente,

VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

ANEXO IV AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.



METODOLOGIA DE CÁLCULO DO ICSD

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") em um determinado Ano de Referência ("ARef") é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade no ARef pelo Serviço da Dívida do ARef, com base em informações registradas nas Demonstrações Financeiras anuais consolidadas auditadas da Emissora, a saber:

Onde:

A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef

- (+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item "D" deste Anexo IV
- (-) Imposto de Renda devido (pago ou provisionado) no ARef, exceto aquele pago sobre a receita financeira da Emissora
- (-) Contribuição Social devida (paga ou provisionada) no ARef
- (-) Investimentos realizados¹ no ARef

B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef²

- (+) 12 (doze) meses de pagamento de dívida onerosa, exceto a referente ao Crédito C do Contrato de Financiamento com o BNDES, compreendida, mas não se limitando, a dívida decorrente das Debêntures e do Contrato de Financiamento com o BNDES.

C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

(A) / (B)

D) EBITDA DO ARef³

- (+) Lucro Líquido
- (+/-) Despesa (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros
- (+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

¹ Considera-se como investimento qualquer adição feita ao Ativo Permanente (Investimento, Imobilizado ou Diferido) da Empresa.

² Dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada.

³ Todas as parcelas para o cálculo do EBITDA são referentes às demonstrações financeiras do Ano de Referência.



R N

F

ANEXO V AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA VENTOS DE SÃO TITO HOLDING S.A.



METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES PARA COMPLEMENTAÇÃO DO ICSD

O valor para complementação do ICSD nos termos da Cláusula 4.17.3 da Escritura de Emissão. ("V.Compl.") deverá ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$V.Compl. = (1,2 * \text{Serviço da Dívida do ARef}) - \text{Geração de Caixa da Atividade no ARef}$$

Onde:

A) GERAÇÃO DE CAIXA DA ATIVIDADE NO ARef

- (+) EBITDA do ARef, calculado de acordo com o item "D" deste Anexo V
- (-) Imposto de Renda devido (pago ou provisionado) no ARef, exceto aquele pago sobre a receita financeira da Emissora
- (-) Contribuição Social devida (paga ou provisionada) no ARef
- (-) Investimentos realizados¹ no ARef

B) SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

- (+) 12 (doze) meses de pagamento de dívida onerosa, exceto a referente ao Crédito C do Contrato de Financiamento com o BNDES, compreendida, mas não se limitando, a dívida decorrente das Debêntures e do Contrato de Financiamento com o BNDES.

C) ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA NO ARef

(A) / (B)

D) EBITDA DO ARef

- (+) Lucro Líquido
- (+/-) Despesa (receita) financeira líquida
- (+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Quaisquer outras (Receitas) ou despesas sem efeitos financeiros
- (+/-) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial nos resultados dos investimentos em sociedades coligadas/controladas.

¹ Considera-se como investimento qualquer adição feita ao Ativo Permanente (Investimento Imobilizado ou Diferido) da Empresa.

² Dívida onerosa total, com exceção de dívida subordinada.

³ Todas as parcelas para o cálculo do EBITDA são referentes às demonstrações financeiras do Ano de Referência.



4

5